



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 91

SABADO, 29 DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 102ª SESSÃO, EM 28 DE MAIO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

Do Senador Antonio Mariz, referente à reassunção do exercício do seu mandato parlamentar, a partir de 22 de maio do corrente ano.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 510, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando que seja considerada como licença sua ausência dos trabalhos da Casa, no dia 24 de maio em curso. Votação adiada por falta de **quorum**.

— Nº 511, de 1993, de autoria do Senador Antonio Mariz, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 24, 25 e 26 do corrente mês. **Votação adiada por falta de quorum**.

— Nº 512, de 1993, de autoria do Senador Chagas Rodrigues, solicitando licença para se afastar dos trabalhos da Casa, no dia 28 do corrente. **Votação adiada por falta de quorum**.

— Nº 513, de 1993, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, solicitando a criação de Comissão Senatorial Temporária, para elaborar as diretrizes para um Programa Decenal de Salvação do Nordeste (1994-2003), a ser encaminhado à Presidência da República.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento, do Banco Central do Brasil, do relatório sobre endividamento dos Estados e Municípios, referente ao mês de abril do corrente ano.

1.2.4 — Discursos do Expediente

— SENADOR VALMIR CAMPELO — Regozijando-se com a administração do Sr. Eduardo Vieira, à frente do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, pelas negociações das Câmaras Setoriais, pela prioridade dada ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade — PBQP, e pela implementação do programa Prodetur, que visa a formação da infra-estrutura turística no Nordeste.

— SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Congratulando-se com a Federação das Indústrias do Distrito Federal pela implementação do programa “Nossa Sopa”.

— SENADOR MAURO BENEVIDES — Liberação da segunda parcela dos recursos destinados ao combate à seca nordestina.

— SENADOR ELCIO ALVARES — Trechos do pronunciamento do Senador Beni Veras na reunião da Comissão Mista Especial destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções, realizada na cidade de São Paulo, em 24 de maio do corrente.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1993 (nº 186/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jovem Pira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo. Discussão encerrada, após parecer de plenário, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO V. EIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MARCO MACIEL — Situação crítica da seca no Nordeste. Editorial do jornal **O Globo**, intitulado "O sertão é viável".

SENADOR NEY MARANHÃO — Defesa de uma política nacional que atenda às necessidades do Nordeste.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Início da reconstrução da Rodovia BR-364, em Rondônia.

SENADOR FLAVIANO MELO — Importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Departamento de Dermatologia Sanitária do Acre, no combate à hanseníase.

SENADOR JONAS PINHEIRO — 20º aniversário de fundação da Embrapa.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 188, 266, 379, 480, 481, 512, 530, 568, 620, de 1991; 36, 340, de 1992; e 292, de 1993, (apostilas)

Nº 334/93

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 102ª Sessão, em 28 de maio de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nabor Júnior, Magno Bacelar, Jonas Pinheiro e Bello Parga

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Epitácio Cafeteira _ Gilberto Miranda _ Henrique Almeida _ José Richa _ Lourival Baptista _ Magno Bacelar _ Mauro Benevides _ Nabor Júnior _ Pedro Teixeira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

OF. nº 78/93

Brasília, 26 de maio de 1993

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exª, a fim de comunicar-lhe que reassumi minhas atividades parlamentares a partir do dia 22 de maio do corrente ano.

Sem mais para o momento, apresento-lhe meu cordial apreço e consideração.

Atenciosamente, — Senador **Antonio Mariz**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 510, DE 1993

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requero seja considerada licença minha ausência aos trabalhos da Casa, dia 24 de maio em curso, em virtude de meu comparecimento, no Recife, ao I FÓRUM PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PÓLO MÉDICO-CIENTÍFICO DE ALTA TECNOLOGIA EM PERNAMBUCO, promovido pela Associação Comercial de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco, conforme convite em anexo.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1993. — Senador **Marco Maciel**.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO

Fundada em 1839

Recife, de maio de 1993

Exmº Sr.

Senador **Marco Antonio Maciel**

Senado Federal

Brasília — DF

A Associação Comercial de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco irão promover, com o apoio da Federação

das Indústrias do Estado de Pernambuco e do Clube de Diretores Lojistas do Recife, o I FÓRUM PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PÓLO MÉDICO-CIENTÍFICO DE ALTA TECNOLOGIA EM PERNAMBUCO, a ser realizado nos dias 24 e 25 de maio do corrente.

Será para nós uma honra contar com a sua prestigiosa participação, fazendo pronunciamento no referido Fórum na sessão de abertura, no dia 24, às 8 horas.

No aguardo da confirmação de V. Ex^a, subscrevemo-nos Atenciosamente. — **José Mariano de Andrade Lima**, Presidente da Associação Comercial de Pernambuco — **Fernando de Mello Freyre**, Presidente da Fundação Joaquim Nabuco.

REQUERIMENTO Nº 511, DE 1993

Nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, requero sejam considerados como licença autorizada os dias 24, 25 e 26 do corrente mês, quando estive ausente dos trabalhos da Casa.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1993. — Senador **Antonio Mariz**.

REQUERIMENTO Nº 512, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos da Casa, no próximo dia 28 para proferir palestra no V Encontro sobre Mineração, Água Subterrânea e Meio Ambiente no Piauí, encontro a realizar-se em Teresina — Piauí.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1993. — **Chagas Rodrigues**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A votação dos requerimentos fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 513, DE 1993

Com base no artigo 58 da Constituição Federal e nos artigos 71, 74, e 225, II, nº 6, do Regimento Interno, requero a criação de Comissão Senatorial Temporária, constituída de 9 (nove) membros e 7 (sete) suplentes, para, no prazo de 8 (oito) meses, elaborar as diretrizes para um Programa Decenal de Salvação do Nordeste (1994-2003), a ser encaminhado à Presidência da República.

Justificação

Periodicamente a nação brasileira é chamada a comover-se com o drama de nossos compatriotas nordestinos, uma vez mais assaltados pela seca. Todos sabemos que este flagelo cíclico alcança dramática gravidade não em razão das intempéries climáticas, mas de numerosos fatores que a ela se associam para agravá-la.

Mais determinativo que as secas é o descaso com que os poderes públicos da nossa Pátria brasileira encara a tragédia da nação nordestina de um milhão e meio de quilômetros quadrados, onde vivem, trabalham e sofrem mais de quarenta milhões de brasileiros.

Os órgãos sucessivamente criados para minorar os efeitos da seca — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) — e para abrir ao Nordeste perspectivas de desenvolvimentos — Sudene, Codevasf — foram lançados ao abandono. Inclusive a cota constitucional de recursos destinada ao Nordeste foi proscrita.

Assim se verifica que mais do que a seca, somos nós, a nação brasileira, que está agredindo o Nordeste por não lhe dar condições de enfrentar as intempéries climáticas. Ninguém pode ignorar que a tecnologia moderna oferece soluções que uma vez definidas e postas em execução com a continuidade adequada, permitem resguardar a população nordestina dos efeitos mortais da seca.

Tais são, entre outros, os grandes programas de irrigação, capacitados ao reassentamento de parcelas ponderáveis da população em pequenas propriedades; o reflorestamento de amplas áreas definidas para o controle dos ventos e a manutenção da umidade e da oxigenação; a redefinição de Programas de redistribuição de propriedades que quebrem a presente estrutura fundiária nordestina de caráter monopólico, inapta à produção de gêneros de consumo para a população.

Recentemente, o Governo brasileiro providenciou vultuosos recursos nacionais e estrangeiros para assegurar o provimento de gás trazido da Bolívia em oleoduto até as áreas industrializadas no Sul do País. A água para o Nordeste, além de ser um bem de produção ainda mais importante do que o gás para o Sul, é um bem de vida sem o que se instala a tragédia.

Em vista do exposto, propomos ao Senado da República que institua uma Comissão Senatorial Temporária, integrada por senadores, com o encargo de formular, no prazo de 8 (oito) meses, as diretrizes gerais de um Programa Decenal de Salvação do Nordeste a ser encaminhados à Presidência da República. Esta Comissão deverá ser dotada de recursos, providos pela Mesa, para contratação de estudos técnicos, em número máximo de 5 (cinco), a custo unitário equivalente ao salário semestral de um Assessor Legislativo.

O Plano Decenal em referência fixará, entre suas diretrizes, tanto linhas de ação concreta como fontes de financiamento nacionais e estrangeiros que possam ser mobilizadas para sua efetivação.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1993. Senador **Darcy Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O requerimento que acaba de ser lido será incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil relatório sobre o endividamento dos Estados e dos Municípios referente ao mês de abril do corrente ano.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, primeiro orador inscrito.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento mais agudo da última crise de mudança de ministério, quando Sua Excelência, o Presidente da República, Doutor Itamar Franco, resolveu substituir o mais importante ocupante de um cargo no primeiro escalão, o Ministro da Fazenda, havia, pelo menos, uma notícia boa nos jornais. Era a informação de mais um resultado superavitário e recordista de nossa balança comercial, anunciado pelo Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, nosso companheiro de Senado e da Bancada do PTB, José Eduardo de Andrade Vieira, nobre representante do Estado do Paraná.

O mais notável, contudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que não se tratou de uma exceção, mas da confirmação da própria regra. Em pouco mais de meio ano de gestão na Pasta, que foi recriada e ainda tem problemas de estrutura organizacional sendo resolvidos, o Ministro e Senador José Eduardo tem sido o mais freqüente, o mais contumaz arauto de boas notícias do Governo Federal. E o comércio exterior, subordinado a seu Ministério, é um setor que, pelo menos ao longo deste ano, tem contribuído para alimentar nossas melhores esperanças de que, por mais grave que seja a crise brasileira, ela tem remédios e homens como nosso companheiro José Eduardo estão preparados para ministrar tais remédios.

No entanto, o comércio exterior não tem sido o único motivo de satisfação dos brasileiros pela presença do Senador paranaense no comando dos assuntos da Indústria, do Comércio e do Turismo no Governo Federal. O Ministro tem pregado, insistentemente, como, aliás, já o fazia na tribuna desta Casa, a necessidade da retomada do desenvolvimento econômico. E tem alertado para o fato de que o maior problema do Brasil é o desemprego, a fonte de todos os males, a origem da fome, da miséria e da violência, que assolam o campo e a cidade, no Brasil. E tem dito mais: quer transformar sua Pasta num Ministério do emprego.

Isso se torna concreto, torna-se real em grandes acordos setoriais assinados no âmbito de atuação do Ministério. As Câmaras Setoriais têm incentivado a formação de uma cultura da negociação no Brasil e seus resultados são evidentes. No começo do ano, por exemplo, o setor automobilístico comemorou assinatura de um acordo que mereceu a denominação de Pacto de Brasília. E mereceu tal denominação por sua importância histórica. Sob o comando do Ministro José Eduardo, autoridades da área econômica federal e dos Estados, fornecedores de insumos, fabricantes, trabalhadores e revendedores de automóveis assinaram o mais profícuo acordo setorial da história da economia brasileira. Todos cederam um pouco, resultando num aumento espetacular das vendas dos produtos.

Mais importante do que isso, contudo, foi o acerto do mais duradouro pacto trabalhista de que se tem conhecimento no Brasil. Empresários se comprometeram a pagar aumentos reais acima da inflação aos trabalhadores metalúrgicos e estes garantiram a paz social, comprometendo-se a não fazer greves por dois anos e meio. O acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva já produziu um filhote. Está sendo assinado outro pacto de grande importância no âmbito da indústria naval, sediada principalmente no Rio de Janeiro, de forma a permitir que nosso companheiro José Eduardo consiga realizar seu sonho de se transformar no Ministro do emprego e da produção.

Isso não quer dizer, contudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Ministro José Eduardo tenha abdicado de seus ideais anti-intervencionistas, tantas vezes defendidos desta insigne tribuna. Muito antes pelo contrário. No comando do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, ele continua insistindo, sem descanso, em sua idéia de que empreender é assunto para empresário. Ao Estado cabe apenas coordenar, tentar organizar esse esforço empreendedor. O MICT não é um órgão intervencionista em nenhuma de suas atividades; ao contrário, a política industrial cabe aos industriais; a comercial, aos comerciantes e, a da exportação, aos exportadores. Isso também vale para a cafeicultura. O Ministro José Eduardo tem feito um esforço semelhante ao realizado pessoalmente

por ele nas negociações das Câmaras Setoriais, para levantar as baixíssimas cotações do café brasileiro no mercado internacional. Fez parte desse esforço sua viagem à Colômbia no último fim de semana, para não perder tempo, como é do hábito desse trabalhador, com o objetivo predeterminado de fundar uma associação encarregada de defender os legítimos interesses dos produtores de café do mundo inteiro, da América do Sul, mas também da África e da América Central.

A viagem à Colômbia tem um caráter eminentemente simbólico, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Afinal de contas, já se foi o tempo em que o café brasileiro era sinônimo de qualidade. Hoje em dia, café considerado bom no mundo é o da Colômbia. E o Ministro sabe disso. Tanto sabe, que iniciou uma cruzada, usando a autoridade do Ministério, para o empresariado brasileiro retomar os esforços empreendidos no passado pela criação de uma Marca Brasil, de uma *griffe* que seja respeitada no mundo inteiro, a *griffe* do produto brasileiro. Isso vale para o café. Mas também para o suco cítrico, os produtos agroindustriais em geral e todos os manufaturados, dos mais simples aos de tecnologia de produção mais complexa.

Só que para atingir esse objetivo é preciso enfrentar alguns problemas muito sérios. O principal deles é a questão da qualidade para a competitividade. O produto brasileiro só será mais competitivo e só merecerá a Marca Brasil se tiver mais qualidade. Por isso mesmo, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo elegeu como prioritário seu Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, mais conhecido pela sigla de PBQP. Mas não é sozinho que o Ministério empreende essa cruzada pela qualidade. Tudo isso é feito em parceria com a iniciativa privada, por meio de órgãos como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidida por nosso companheiro, Senador Albano Franco; representante do Estado de Sergipe nesta Casa, e do Sebrae.

Todos os nobres Senadores que me ouvem neste plenário sabem muito bem que uma das características do nosso companheiro José Eduardo é que ele não gosta de tapar o sol com a peneira nem esconde suas opiniões no biombo dos adjetivos. José Eduardo é, sobretudo, um homem franco e aberto. Com ele, é pão-pão, queijo-queijo. Por isso, não tem escondido de ninguém a realidade difícil da obtenção da qualidade no Brasil. Um dos maiores inimigos dessa qualidade é o desperdício. Países pobres, como o nosso, jogam muitas riquezas fora. E, por perceber isso, José Eduardo resolveu eleger o desperdício como o inimigo número um de sua gestão no Ministério.

Por essa razão, S. Exª abre, terça-feira, dia 1º de junho, um seminário de técnicos para discutir a questão em profundidade e propor soluções. Afinal de contas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dois milhões de pratos de sopa são perdidos, por dia, só no Ceagesp de São Paulo, e a produção de uma Itaipu é desperdiçada num ano, por conta de problemas de transmissão de eletricidade.

Para concluir, não poderia deixar de registrar o esforço que o nosso companheiro José Eduardo de Andrade Vieira está fazendo na área de turismo. Também nesse caso, S. Exª não tem procurado intervir demais, nem centralizar. Sua política é prestigiar os bons projetos estaduais e, principalmente, regionais.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com o maior prazer ouço V. Exª, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Valmir Campelo, a essa altura do pronunciamento de V. Exª, quando se refere à atuação do Ministro José Eduardo Vieira, me permitiria dizer a V. Exª que, na manhã de ontem — e até estávamos juntos — o Ministro José Eduardo Vieira, naquele instante acompanhado do novo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, teve oportunidade de, em linhas gerais, também se reportar à sua atuação como integrante do primeiro escalão governamental, buscando identificar uma sintonia que existiria, certamente, entre o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério da Fazenda. V. Exª sabe que é indispensável que haja uma interação perfeita entre as pastas ministeriais, a fim de que o Governo Itamar Franco projete uma imagem de homogeneidade de ação e de trabalho, objetivando aquilo que é a grande meta do Governo, a redução gradual dos níveis inflacionários e a retomada do desenvolvimento. Tenho absoluta certeza de que o Ministro José Eduardo Vieira dará a sua contribuição inestimável ao fim deste período recessivo; S. Exª que, como empresário, tem uma visão realística da conjuntura brasileira.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides. Realmente, em reunião a que estivemos presentes ontem, na Presidência do Senado Federal, pudemos constatar a integração dos dois Ministros, Senadores Fernando Henrique Cardoso e José Eduardo de Andrade Vieira. Naquela ocasião, o Ministro José Eduardo transmitiu essa preocupação. Acredito que o problema do nosso País é de caixa, precisamos de superávit na balança comercial. Através dessas medidas, tenho absoluta certeza, S. Exª terá condições de colocar o dinheiro em caixa, para que o Presidente Itamar Franco possa realmente desenvolver os projetos, principalmente na área social, onde o nosso País tanto precisa.

Agradeço a V. Exª

Continuando, Sr. Presidente:

A visão regionalista do problema já rendeu um excelente fruto, que foi o Prodetur, um projeto de construção de infraestrutura turística na região do Nordeste, financiado pelo BID. Esse projeto já existia antes da gestão de José Eduardo, mas foi graças ao esforço do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo que ele foi adotado como prioridade, já tendo sido assinado.

O Prodetur é um exemplo magnífico, porque mostra a possibilidade de se fazer planos para o turismo sem concorrência predatória entre Unidades da Federação. Os governadores nordestinos se reuniram, esquecendo diferenças políticas e ambições pessoais, e apresentaram um projeto conjunto, apoiado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e também pelo Ministério da Integração Regional — aliás, na gestão de outro companheiro nosso, o Senador maranhense Alexandre Costa. O resultado é que serão aplicados 1 bilhão e 200 milhões de dólares, sendo 600 milhões de financiamento externo e 600 milhões de recursos brasileiros, num belíssimo projeto, que explorará as belezas naturais das praias nordestinas, sem desfigurá-las nem poluí-las.

Não gostaria de me alongar mais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mas também não poderia deixar de registrar nos Anais desta Casa um bom exemplo como aquele dado pelo Ministro José Eduardo no comando do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. É de bons exemplos como

o dele que o Brasil precisa para voltar a crescer e dar esperanças para nossas futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero destacar o grande exemplo que os empresários do Distrito Federal estão dando ao País, neste momento em que vivemos a mais grave crise econômica da nossa história.

A classe empresarial brasileira, diante deste quadro terrível de dificuldades econômicas, quando a miséria avança sobre os lares de milhões de brasileiros desamparados, despertou muito antes que o próprio Governo Federal e decidiu ir à ação, à prática da verdadeira caridade humana.

A Federação das Indústrias do Distrito Federal, comandada pelo operoso e dinâmico empresário Antônio Fábio Ribeiro, convocou o Serviço Social da Indústria, o SESI, a preencher a capacidade ociosa da sua imensa cozinha industrial, que passou a produzir uma sopa substancialmente forte a ser distribuída gratuitamente à comunidade carente.

Antônio Fábio Ribeiro conclamou os empresários e o Governo do Distrito Federal ao trabalho de parceria nessa tarefa de produzir e distribuir pratos de sopa às populações carentes das cidades satélites do DF. E todos, nesse trabalho irmanado, estão sendo muito recompensados com o reconhecimento da sociedade pelo trabalho realizado.

Esse movimento de solidariedade humana foi colocado em marcha com uma força irresistível.

O Governo do Distrito Federal colocou à disposição toda a sua infra-estrutura, necessária à sustentação do Programa. Os empresários, em consenso, cotizaram-se para o financiamento do mesmo, recebendo em troca o privilégio de eleger associações comunitárias através das quais os pratos de sopas passaram a ser distribuídos.

NOSSA SOPA, sugestivo nome do programa contra a fome, lançado pela Federação das Indústrias do Distrito Federal, ganhou as alturas, devido à potencialíssima carga de humanidade de que está envolvido. A reportagem que o "Jornal Nacional" colocou no ar na última terça-feira sobre NOSSA SOPA coroou um trabalho que começou em julho de 1991.

Com o tempo e a imaginação criadora dos empresários, o programa foi se firmando, ganhando a confiança da sociedade e transformou-se em fonte de sobrevivência de uma parcela substancial dos brasileiros mais pobres, esses infelizes deserdados de um modelo de desenvolvimento econômico superconcentrador de renda, que precisa ser eliminado o mais urgente possível.

De 1991 até agora, a Fibra, pelo trabalho maravilhoso desenvolvido pelo SESI, distribuiu mais de 10 milhões de pratos de sopa no Distrito Federal, graças à inestimável colaboração de vinte e cinco empresários em parceria com o GDF, num trabalho que é um verdadeiro exemplo à Nação de como contribuir com o combate à fome de forma espontânea no curtíssimo prazo, enquanto medidas de longo prazo, voltadas à necessária reestruturação da nossa economia não chegam, para nosso desespero.

Hoje, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, o programa NOSSA SOPA é uma referência nacional. O Governo Itamar

Franco assumiu com grande descortino o NOSSA SOPA. A LBA tomou-o como modelo e programa distribuir cerca de um milhão de pratos de sopa diariamente em todo o País, a partir da experiência desenvolvida pela Fibra.

Aqui, abro um parêntese para fazer uma conta matemática: um milhão de pratos de sopa, diariamente, em todo o País, significa 30 milhões mensais e 360 milhões anuais. O Brasil receberá a sua sopa graças a uma aliança entre a classe empresarial e a infra-estrutura que lhe dá o Poder Estadual ou Federal.

A credibilidade da NOSSA SOPA, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é a mesma credibilidade desfrutada pelo empresário brasileiro junto à população, que aprendeu a respeitá-lo pela obra de construção da capital, que com grande engenho e arte ajudou a construir e a ganhar a admiração do mundo inteiro, refletida na decisão da ONU de transformá-la em patrimônio da humanidade.

Saúdo os empresários brasileiros. Com esse seu gesto de ir em socorro das populações carentes antes mesmo de o Governo eleger o combate à fome como prioridade política, mostraram a grandeza de uma classe social que está engajada no processo de desenvolvimento nacional em todas as suas frentes e, igualmente, na sua retaguarda, lamentavelmente refletida no avanço da miséria e da fome à medida que perdura esse perverso modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda.

O Sr. Valmir Campelo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo — Nobre Senador Pedro Teixeira, quero cumprimentar V. Exª por trazer para conhecimento dos Srs. Senadores o programa coordenado pelo Dr. Antônio Fábio Ribeiro, Presidente da Fibra. Fico muito feliz, porque os empresários da nossa terra dão um exemplo de grandeza para o Brasil inteiro. Falou-se, há poucos dias aqui, que os empresários do Rio de Janeiro estavam fazendo um trabalho semelhante, distribuindo 5.000 pratos de sopa/dia. E, aqui, no Distrito Federal, apesar de não termos um parque industrial, um comércio pujante, já distribuímos em torno de 30.000 pratos de sopa/dia. Também, neste momento, temos de fazer justiça ao Governo do Distrito Federal, que vem dando todo o apoio, principalmente através da esposa do Governador, D. Weslian Telles Roriz, Presidente do Provi, que, incansavelmente, vem fazendo um trabalho filantrópico, atendendo principalmente as camadas sociais carentes dos assentamentos aqui em Brasília. Como V. Exª bem sabe, na nossa cidade, até pouco tempo atrás, havia 62 invasões contornando o Plano Piloto e as cidades — satélites. Essas invasões foram extintas. Foi dado um endereço, um título de cidadania para cada uma dessas pessoas, ou seja, foi dado um lote, uma residência, um pedaço de chão, para que aquelas famílias que viviam na promiscuidade, sem água, luz, esgoto ou endereço, pudessem abrigar os seus filhos. Eu não poderia, nesta oportunidade, deixar de enaltecer V. Exª por trazer para nosso conhecimento o trabalho desse incansável empresário, que é Antônio Fábio Ribeiro. Quero também, nobre Senador Pedro Teixeira, parabenizar V. Exª. Há dois dias, a Federação das Indústrias de Brasília homenageou algumas pessoas que se destacaram na vida comunitária do Distrito Federal por oferecerem projetos semelhantes ao que V. Exª mencionou. Pouquíssimos empresários foram homenageados. E V. Exª, como Senador

da República, pioneiro e empresário, sempre preocupado com os mais sofridos, os mais carentes, os mais necessitados, merecidamente recebeu a homenagem da Federação das Indústrias de Brasília. Portanto, aproveito o ensejo, quando V. Exª traz à luz um exemplo-modelo que deveria ser copiado pelo Brasil inteiro — a justa distribuição, por parte daqueles que foram mais aquinhoados em riqueza, para os mais necessitados — para parabenizar V. Exª, que merecidamente recebeu essa homenagem da Fibra no Distrito Federal.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — A intervenção do nobre Senador Valmir Campelo, rememorando a condecoração que recebemos, cala-me carinhosamente. V. Exª inclusive prestigiou esse ato. A condecoração é fruto do trabalho desenvolvido por cerca de 34 anos em prol da classe empresarial do Distrito Federal.

E o testemunho do nobre Senador — que extrapolou um pouco a programação — vem demonstrar que um jovem Governador e uma abnegada Primeira — Dama estão dando exemplos ao Brasil, pois são administradores com alta sensibilidade social.

Hoje, entendo que se o nosso Governador Joaquim Roriz tivesse o seu projeto de assentamento, por exemplo, seguido neste País inteiro, cada brasileiro dos mais longínquos rincões estaria vibrando, como vejo vibrar intensamente pessoas que, tendo duzentos a trezentos metros quadrados, sentem-se proprietárias de todo o Brasil — pelo sentimento de cidadania, pelo sentimento de segurança.

Portanto, também faço coro a essa observação mencionada no aparte do nobre Senador Valmir Campelo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Programa NOSSA SOPA, da Fibra, coloca-nos, bruscamente, diante da crise econômica que nos legou esse modelo de crescimento perverso, cujos beneficiários são os que apostam na ociosidade, na especulação, na jogatina financeira, com o propósito de transformar o País num grande cassino.

Programas como o NOSSA SOPA serão, cada vez mais, necessários no compasso da estagnação econômica em que nos encontramos há mais de 10 anos. As prioridades nacionais foram invertidas. Basta olhar o Orçamento da União, onde do seu total somente 6% dos recursos são destinados às atividades produtivas, enquanto mais de 60% se destinam ao pagamento dos custos financeiros de nossas dívidas externa e interna — sendo esta integralizada — e os 34% restantes aos custos da máquina governamental.

Uma Nação que só trabalha para pagar sua dívida jamais conseguirá pagá-la, pois não está sendo construído nenhum patrimônio capaz de gerar renda necessária ao cumprimento das necessidades fundamentais da população.

Não é de se admirar, portanto, que nesse contexto econômico, no qual as atividades produtivas foram colocadas à margem do processo econômico e social, o perfil da renda nacional tenha se alterado bruscamente nos últimos 25 anos, e mais intensamente na última década. Na década de 60, 68% da renda nacional correspondiam aos rendimentos do trabalho, enquanto 32% representam os rendimentos do capital (juros, lucros e aluguéis). Atualmente, 70% do total da renda são rendimentos do capital e apenas 30% dos salários.

O poder de compra dos salários perdeu a capacidade de puxar a demanda efetiva da economia, na medida em que nos últimos dez anos avançou o arrocho salarial e, conseqüentemente, a retração do mercado interno. Paralelamente, no entanto, o capital, que foi se superacumulando, passou a de-

pendar, para se reproduzir, de outra fonte de renda que não o salário insuficiente. Essa renda adicional tornou-se mais e mais poderosa com o correr dos anos, derivou-se, crescentemente, da especulação financeira, na medida em que o Estado, cada vez mais endividado, foi se tornando refém dos bancos nacionais e internacionais.

Resultado: para se reproduzir, o capital superacumulado, improdutivo, especulador e ocioso, buscou um sócio para ajudá-lo, a inflação, essa praga que está nos destruindo diariamente, incansavelmente.

A classe empresarial tornou-se prisioneira do argumento ideológico que o sistema financeiro produziu, para justificar a manutenção da especulação sustentada pela inflação. Para ele, a inflação brasileira é produzida pelo excesso de demanda, pelo excesso de consumo da população. Para combater o processo inflacionário, de acordo com esse diagnóstico, fez-se necessário arrochar os salários para conter o consumo. O resultado é o que todos conhecemos. A recessão não foi uma solução, mas um problema, que foi se agravando e converteu-se num câncer, porque transformou a inflação num animal que se alimenta de uma cultura inflacionária construída no decorrer dos últimos doze anos, num ritmo cada vez mais crescente, para sustentar uma minoria de privilegiados que resistem, com todas as suas forças, a abrir mão de seus privilégios absurdos.

A deterioração do quadro econômico, decorrente da manutenção da estratégia econômica sustentada num diagnóstico equivocado, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, produziu uma classe trabalhadora e uma classe empresarial sofridas, porque não devemos nos esquecer que a maioria da força econômica nacional é composta de micro e pequenos empresários. Trata-se de um universo de três e meio milhões e meio de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, responsável por 50% do total da produção nacional, 42% dos salários pagos, 70% da oferta de mão-de-obra e cerca de 30% do Produto Interno Bruto.

Esse quadro econômico deteriorado, com as prioridades nacionais invertidas por um discurso ideológico voltado para favorecer os especuladores — os verdadeiros sanguessugas da Nação — não foi suficiente para abater o ânimo dos empresários brasileiros, que passaram a eleger suas prioridades, delas constando, em destaque, a contribuição efetiva à concretização de uma política social emergente de combate à miséria.

O nascimento do Programa NOSSA SOPA deu-se num contexto histórico contemporâneo e nele está firmemente inserido. Sua grandeza está justamente no fato de estar sintonizado com o compromisso de dar cabo ao grande mal que afeta a nossa população, vítima de inversão de prioridades nacionais em seu processo de desenvolvimento econômico.

Sem alimento, o ser humano não consegue trabalhar; sem trabalho, ele não gera riqueza; sem riqueza, não há desenvolvimento; sem desenvolvimento, não existe nação; sem nação, não existe soberania nacional. Eis, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a que encruzilhada chegamos, a que perigo estamos expostos, em face do empobrecimento nacional, determinado por um modelo de crescimento superconcentrador de renda.

Começar a recuperar a energia humana pela oferta gratuita de alimento aos que dele necessitam com urgência urgentíssima, eis o papel verdadeiramente patriótico que estão desempenhando os empresários brasileiros, em parceria com o Governo do Distrito Federal.

Fornecer alimento gratuito à população carente, em um contexto de estagnação econômica, significa distribuir renda para assegurar o *minimum minimorum* aos que foram destituídos de toda e qualquer renda pelo perverso modelo de crescimento econômico, infelizmente, em vigor. Recuperar-lhes as energias é assegurar sua capacidade de trabalho, prepará-los para enfrentar a dura realidade da recessão imposta por uma conjuntura injusta, restaurar a justiça através da oferta do que é básico para a maioria da população: a alimentação.

O exemplo dos empresários brasileiros, capitaneados pela Fibra, sob o comando do empresário Antônio Fábio Ribeiro — esse pioneiro que se dedica, cada vez mais, aos problemas conjunturais do Distrito Federal e do País — precisa ser seguido por todos os empresários organizados em suas associações de classe. É um dever para com a Pátria neste momento de grande tormenta social.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles que mais se beneficiaram com o perverso modelo de desenvolvimento vigente precisam dar uma maior parcela de sacrifício para ajudar o País a combater a miséria que assola milhões de lares brasileiros.

Por isso, encaminharei brevemente a esta Casa proposta de projeto de lei que cria um Fundo Nacional de Combate à Fome, sustentado a partir de um percentual incidente sobre o lucro anual do sistema financeiro nacional.

Trata-se de uma proposta justa, porque os banqueiros tiveram, no ano passado, uma rentabilidade real média de 13%, enquanto os setores produtivos amargaram resultados negativos: a indústria registrou queda de cerca de 2%, enquanto a agricultura salvou a pátria, com um crescimento de 4%, e o comércio e o setor de serviços cresceram pouco mais de 5%.

Há 15 anos, o faturamento do sistema financeiro representava 8% do Produto Interno Bruto; hoje, representa 20%. Ele ganhou mais, excessivamente mais, até mesmo mais do que merecia; portanto, deve dar uma contribuição maior.

A sociedade brasileira espera dos banqueiros uma maior parcela de sacrifício. Eles, que tanto ganham com a escalada inflacionária, no processo de financiamento do Estado brasileiro falido, graças aos sacrifícios da maioria esmagadora da população, que empobrece crescentemente, devem dar o mesmo exemplo dado pelos empresários brasileiros.

E não é só isso, o sistema financeiro tem obrigatoriamente que se engajar também na tarefa de executar a missão principal para a qual foi criado, a de ser um instrumento de fomento da produção de bens e serviços, voltados ao atendimento das necessidades sociais. Só com o aumento da produção teremos aumento da renda e do emprego e, conseqüentemente, o fortalecimento do mercado interno, na construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, cuja sustentação seja dada pela efetiva distribuição da riqueza nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Para uma comunicação de Liderança, concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo, hoje, a tribuna do Senado Federal para transmitir uma notícia indiscutivelmente tranquilizadora ao

Nordeste brasileiro, representada pela liberação da segunda parcela dos recursos destinados à seca.

Recordo, neste instante, Sr. Presidente, que, através de uma medida provisória votada pelo Congresso Nacional, rigorosamente no prazo previsto na Lei Magna, garantimos uma ajuda do Governo Federal da ordem de Cr\$4 trilhões e 711 bilhões. Esses recursos tiveram sua primeira parcela imediatamente liberada e, na data de ontem, o Governo Federal, através do Ministro Alexandre Costa, titular da Pasta da Integração Regional, liberou a segunda parcela no montante de Cr\$1 trilhão e 500 bilhões, que já foram realmente depositados no Banco do Nordeste para redistribuição às várias unidades Federativas que integram o chamado Polígono das Secas.

O Estado do Ceará, por exemplo, Sr. Presidente, foi contemplado com a parcela de Cr\$234 bilhões, que representa uma ajuda para a manutenção das frentes produtivas.

É bom que se saliente que, anteontem, o Palácio do Governo foi praticamente cercado por 3 mil e 500 homens do campo, que se deslocaram até Fortaleza a fim de reclamar do Governador Ciro Gomes providências ainda mais eficazes para o atendimento daqueles que foram atingidos por essa calamidade que se implantou na região que represento nesta Casa.

É indiscutível que o Governador tem-se empenhado no sentido de garantir, dentro dos recursos do Estado e exatamente dessa colaboração expressiva do Governo Federal, essas frentes produtivas com um número significativo de pessoas alistadas. Mas a demanda por vagas nessas frentes produtivas vai crescendo à proporção em que as dificuldades se alastram em toda a faixa do semi-árido. Daí porque a liberação desse recurso pelo Ministério da Integração Regional significou, de certa forma, um alento para os Estados nordestinos.

Fica, ainda, uma dúvida que será dissipada nas próximas horas pelos Ministros Alexandre Costa e Fernando Henrique Cardoso, no que tange exatamente à correção daqueles recursos que foram inicialmente arbitrados em Cr\$4 trilhões e 711 bilhões. Com a inflação alcançando quase 30%, e essa parcela sendo repassada aos Estados nordestinos com o interregno de um mês, evidentemente que a correção se torna indispensável para que a ajuda inicial não sofra esse processo depreciativo, em decorrência da corrosão inflacionária.

O Ministro Alexandre Costa, com quem mantive entendimento há poucos instantes, garantiu que ele próprio já fez chegar ao Ministro da Fazenda a sua postulação no sentido de que um recálculo venha a ser procedido, garantindo, portanto, a essas parcelas, uma correção que se situe naqueles patamares inflacionários.

Acredito mesmo que a última parcela, a parcela remanescente, no prazo do seu repasse, da sua redistribuição, ocorrerá já com a correção monetária, tendo em vista a sensibilidade do novo Ministro da Fazenda e o empenho comprovado do Ministro Alexandre Costa no sentido de atender àquele dispositivo da lei que garantiu a ajuda de Cr\$4 trilhões e 711 bilhões aos Estados atingidos pela seca.

Era este o registro que desejava fazer na manhã de hoje, pedindo ao Titular da Pasta da Fazenda, o nosso colega Senador Fernando Henrique Cardoso, que proceda à correção dessa segunda parcela e garanta, na distribuição da terceira parcela, exatamente essa correção, a fim de que se cumpra rigorosamente aquilo que foi estabelecido pela lei votada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Itamar Franco.

Indo hoje ao Ceará, levando essa notícia auspiciosa do depósito de Cr\$234 bilhões ao Governo do Estado, estou certo de que o adicional decorrente da correção será oportunamente também enviado ao meu Estado e às demais unidades da Federação sediadas no chamado Polígono das Secas.

Era a comunicação, Sr. Presidente, que entendi do meu dever fazer neste instante para tranquilizar os meus coestuanos e, sobretudo, levar ao Ministro Alexandre Costa o meu aplauso pela correção com que S. Ex^a tem atuado à frente daquele importante setor governamental.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes Colegas, gostaria de reportar-me, hoje, a uma reunião realizada pela Comissão Mista que estuda o Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, no dia 24 passado, numa das salas da Fiesp, em São Paulo.

Essa Comissão tem realizado um trabalho importante em nível nacional, impulsionada principalmente pelo entusiasmo e dedicação do Senador Beni Veras, que vem tendo a sua atuação aplaudida por todos que têm oportunidade de participar dessa Comissão.

Na reunião de São Paulo, que contou com a presença bastante significativa de elementos envolvidos com a política, com a vida empresarial e representantes das classes trabalhadoras, tivemos a oportunidade de aquilatar que o Senado da República, através de audiências públicas, tem até a obrigação de se deslocar aos eixos de debates de problemas brasileiros levando, assim, uma palavra muito mais viva, muito mais constante e real diante desses segmentos tão importantes na vida do País.

O Senador Beni Veras pronunciou um discurso, como sempre, dizendo da importância desta Comissão. Sr. Presidente, escolhi um trecho desse discurso que é bem ilustrativo do objetivo dessa Comissão Mista.

Em São Paulo, perante auditório composto pelos mais altos empresários brasileiros, governadores, prefeitos e líderes sindicais, o Sr. Senador Beni Veras, com a objetividade de sempre, teve oportunidade de afirmar:

“...Conhecendo bem todo o País, sempre fomos partidários que se buscasse uma forma de construir uma Nação mais justa. Convivemos na mesma cidade de São Paulo aparataros palácios com as favelas de papelão do Morumbi. Da mesma maneira convivemos as mansões da Aldeota, em Fortaleza, lado a lado com a miséria mais abjeta da favela do Genibau. Este milagre institucional, que permite a convivência, sem conflito de tamanhas desigualdades, é em grande parte produto das instituições que criamos e que tem no Congresso seu ponto mais alto. Partindo da visão maior não podemos deixar a situação se tornar nosso ideal de organização política, mas temos que aproveitar o tempo dessa trégua social para edificar uma sociedade mais justa.

É a partir dessa compreensão que sugerimos ao Congresso a formação de uma Comissão Mista de senadores e deputados para somarem informações sobre as desigualdades entre as diversas regiões do País e procurar fórmulas que nos permitam a construção de uma Nação com maior equilíbrio.

Ouvimos as inteligências mais expressivas de todo o País, realizando audiências públicas em Porto Alegre, Cuiabá, Palmas, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife e, por fim, estamos aqui, em São Paulo, buscando registrar a atual realidade de nosso País, evidenciar as grandes linhas que presidem essa relação de convivência entre situações tão díspares, avaliar até que ponto essa convivência tão desigual seria estável e, acima de tudo, procurar identificar grandes linhas de ação política, capazes de encaminhar esse que nos parece ser o maior mal de nossa sociedade, que é a imensa desigualdade prevalente. Os Senhores receberam um jogo de informações que revelam a extensão das desigualdades que nos cabe enfrentar e espelha um grande problema que não podemos desconhecer."

As palavras do Senador Beni Veras foram recebidas com solidariedade, aplauso e entusiasmo por todos os presentes. Começamos no dia 24 a reunião às 10h e terminamos às 20h, com saldo muito positivo pela importância das palestras que foram proferidas.

Gostaria, para que pudéssemos ter a avaliação do que foi a importância desse debate, de fazer aqui menção ao temário tão bem colocado pelo Senador Beni Veras e pelos integrantes da Comissão.

Tivemos o primeiro painel. O tema foi o Sudeste e a Unidade Nacional, porque a Comissão se deslocava para aquele ponto do País, para ter a oportunidade de estudar o desequilíbrio econômico inter-regional...

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Pois não, Senador Mauro Benevides. Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Elcio Alvares, desejo juntar à manifestação de V. Exª o meu aplauso pela iniciativa dessa Comissão, que tem V. Exª como Presidente e o Senador Beni Veras como seu inspirador e Relator. Até me regozijo comigo mesmo, porque, como Presidente do Congresso Nacional, tive sensibilidade de, acolhendo o requerimento de constituição dessa comissão especial, oferecer o apoio logístico, indispensável para que ela pudesse atuar eficazmente, atingindo os seus nobres objetivos. E posso dizer a V. Exª que, a um desses encontros promovidos pela Comissão, ainda no exercício da Presidência do Senado e do Congresso, estive presente em uma discussão com os empresários do Ceará, na sede da Federação das Indústrias do Estado, quando uma gama imensa de sugestões e informações foi transmitida ao Relator Beni Veras e aos demais participantes do encontro. O próprio Diretor Geral do DNOCS, engenheiro Luiz Gonzaga Nogueira Marques, fez uma exposição a respeito das dificuldades — que posteriormente se confirmaram — de uma nova crise climática, de uma nova seca que se instalaria no Nordeste e, sobretudo, instou-nos, a nós, participantes da Comissão, a dar uma contribuição significativa para que tivéssemos realmente uma estrutura hídrica em condições de possibilitar ao Nordeste a convivência com a seca. É certo que, nos debates, cada um deu o seu enfoque próprio: o Superintendente da Sudene, em termos de desenvolvimento através de incentivos fiscais; o Presidente do Banco do Nordeste, reportando-se mais especificamente ao fundo constitucional, que é uma das grandes conquistas inseridas no texto da Carta Magna de 1992. Enfim, a tudo isso devemos creditar, sem dúvida, ao Senador Beni Veras, que teve a inspiração

de promover esse trabalho de conscientização das lideranças, não apenas da região, mas de outros parlamentares e líderes como V. Exª que, pertencendo a um outro Estado fora da circunscrição do Polígono das Secas, deram a sua contribuição. Esse seminário, realizado em São Paulo, com a presença de figuras proeminentes do empresariado nacional da própria sede da FIEC, consagra um trabalho que a Comissão, até aqui, vem levando a efeito com a maior seriedade. Espero que a conclusão desse ciclo de contatos, de conferências e palestras, tudo isso tenha um resultado frutífero para a correção das disparidades regionais, a fim de que não tenhamos dois brasis: um Brasil pobre e outro rico, mas sobretudo que nós nos nivelemos por um sentimento de fraternidade que possa ensejar exatamente aos nordestinos um crescimento como desejam todos os seus habitantes. Portanto, quero regozijar-me com V. Exª, Presidente que é da Comissão Especial, e com o Senador Beni Veras pelo extraordinário trabalho que têm obstinadamente levado a efeito e a mim próprio, permita-me V. Exª, de como Presidente do Congresso Nacional ter tido a sensibilidade e enxergado o alcance e a relevância dessa Comissão, que vem — como já disse — cumprindo extraordinariamente, exemplarmente, os objetivos para os quais foi criada.

O SR. ELCIO ALVARES — É importante frisar que o Senador Mauro Benevides, no exercício da Presidência da Casa, não deixou um minuto sequer de dar apoio à Comissão. Teve, evidentemente, como na maioria dos seus atos de vida pública, a visão do alcance desta Comissão. Na verdade, o Senador Mauro Benevides, desde os primeiros momentos, incentivou que a Comissão Mista se deslocasse às zonas críticas do País. E me lembro, Senador Mauro Benevides, de uma das audiências mais doloridas que tivemos, exatamente no Estado do Senador Ney Maranhão, em Recife, quando, na sede da Sudene, onde ouvimos Governadores, Joaquim Francisco e Ciro Gomes, ouvimos líderes de homens que trabalham na terra, ouvimos empresários. Talvez eu tenha tido a fotografia mais intensa do drama da seca, da luta do homem para domar a terra, num espetáculo que não irei esquecer, porque aqueles depoimentos prestados na sede da Sudene me fizeram mais brasileiro, e mais responsável no exercício do mandato de Senador.

V. Exª, Senador Mauro Benevides, e não me canso de proclamar isso, nos dois anos da sua presidência se preocupou com este Senado não no aspecto meramente do trabalho parlamentar, V. Exª teve a visão do estadista, valorizando esta Casa. V. Exª teve a sensibilidade de estimular a todos aqueles que queriam trabalhar, fazendo com que os Senadores se sentissem altamente responsáveis e capazes de solucionar em grande parte a problemática brasileira.

Portanto, neste momento, ao recolher o aparte de V. Exª, quero fazer este registro, porque entendo ser de justiça, acima de tudo, correspondendo ao trabalho magnífico que V. Exª teve a oportunidade de realizar na presidência desta Casa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, vamos agora fazer a leitura do temário, para que se tenha a idéia exata dessa audiência pública realizada no dia 24, em São Paulo.

O primeiro painel foi: O Sudeste e a Unidade Nacional. Não poderia ser de outra forma porque o objetivo exato da Comissão era trazer os problemas do Sudeste, os seus desequilíbrios para serem analisados por meio de relatório que se tornará uma contribuição magnífica do Congresso Brasileiro

ao Governo Federal. Esse relatório será enviado ao Presidente Itamar Franco e Sua Excelência receberá uma contribuição efetiva do Congresso para solucionar o desequilíbrio inter-regional brasileiro.

O Sr. Marco Maciel — Permite V. Exª um aparte?

OSR. ELCIO ALVARES — Com muita satisfação, concedo o aparte ao nobre Senador Marco Maciel, meu Líder.

O Sr. Marco Maciel — Meu caro Senador Elcio Alvares, V. Exª preside com talento, assim como tudo que faz, a Comissão que estuda os desequilíbrios inter-regionais brasileiros. Gostaria de começar a minha intervenção chamando a atenção para o fato de que agora encontramos um caminho verdadeiramente correto, na minha opinião, para enfocar a questão regional. Parte-se não da análise de uma região isoladamente, mas procura-se ver todo o mosaico territorial brasileiro, olhando inclusive a Nação, a partir da sua diversidade cultural e das suas disparidades econômicas. Assim, penso que daí se chegará, efetivamente, a um diagnóstico correto da questão. O fato de se estudar uma região isoladamente tem conduzido a equívocos. Agora não. A Comissão, a meu ver, tem tomado um caminho muito certo. Quero louvar o trabalho de V. Exª, assim como o dos outros integrantes da Comissão, e, de modo particular, o do Senador Beni Veras que, como Relator-Geral, muito tem feito para que esse colegiado cumpra, adequadamente, a missão para a qual foi constituído por ato do Plenário. Estou convencido, nobre Senador Elcio Alvares, que para o Nordeste, região que tenho a honra de representar nesta Casa, essa Comissão é muito importante porque ela enseja uma análise atualizada da questão nordestina. Não me inscrevo entre aqueles que são pessimistas, que acham que o País piorou. Penso que atravessamos crises, dificuldades, mas também há pontos positivos. Porém, não posso deixar de salientar, em que pese todo o progresso que o País tem acusado, que a questão interestadual brasileira não foi adequadamente resolvida. Os dissídios, as disparidades não se reduziram, pelo contrário, ampliaram-se sobretudo se olharmos a região mais problemática do País que é, sem lugar à dúvida, o Nordeste. Não quero com isso dizer que a questão do Centro-Oeste não seja importante, não seja grave, e a questão do Norte também não seja extremamente relevante. No entanto, tanto o Centro-Oeste, quanto o Norte, são regiões que tendem a ter um dinamismo próprio na hora em que ocorre uma adequada expansão de fronteiras, de fronteira agrícola principalmente. Entendo que a região Norte é uma região que eu não chamaria de subdesenvolvida mas, sim, “adesenvolvida”. Trata-se de uma região a desenvolver, que ainda não foi adequadamente ocupada e até o percentual demográfico é relativamente pequeno. Portanto, eu diria que o mais grave problema da questão regional brasileira situa-se, infelizmente, na minha opinião, na região nordestina. Espero que, a partir da análise dessa Comissão que já esteve no Nordeste — como V. Exª lembrava ainda há pouco — quando seus integrantes tiveram a oportunidade de passar um dia todo na Sudene, ouvindo autoridades, colhendo depoimentos, possamos chegar a um resultado que venha oferecer, não somente ao Congresso, mas, de modo especial, ao Poder Executivo, subsídios que nos levem a um direcionamento da questão. Por fim, quero dizer que, quando se estuda a variável regional nordestina, temos que considerar a questão Sudene. Eu diria que a questão Nordeste está muito ligada à questão Sudene, uma vez que esta foi uma instituição que, de forma muito decisiva,

contribuiu para dar um novo caminho ao processo de desenvolvimento da região Nordeste. Certa feita, em um livro de um teórico francês, li o seguinte: “Na França, toda vez que o Senado esteve fraco, a República padeceu”. Posso dizer que, nos últimos trinta anos, toda vez que a Sudene se enfraqueceu, o Nordeste perdeu posição relativa. Parece-me uma associação de causa e efeito não muito explicada. A Sudene hoje é uma instituição que precisa ser repensada, reformulada. É lógico que a Sudene tem de corrigir rumos; a Sudene precisa, independentemente de uma análise interna, de se redirecionar em função de uma semântica dos novos tempos. Mas também não posso deixar de reconhecer que a Sudene precisa, além desse repensar interno, ser robustecida por parte do Governo Federal, precisa receber mais apoio porque seu corpo técnico está em processo de esvaziamento. Além disso, houve uma redução de transferência recursos fiscais e financeiros na região. Tudo isso faz com que tenhamos, dentro dessa problemática regional nordestina, que redesenhar o papel da Sudene, porque esta, juntamente com o Banco do Nordeste, a CHESF, o DNOCS e a CODEVASF são as mais importantes Instituições para a região Nordeste. Mas a Sudene, constituída no fim da década de 50, pelo seu papel e pela posição que desfruta como grande organismo político de coordenação regional, é, certamente, o carro-chefe de todo esse processo, ela praticamente coordena a atividade dos demais órgãos. Sem o seu fortalecimento, sem o seu “represtigiamento”, certamente o Nordeste não encontrará o caminho que todos esperamos, um caminho que, enfim, possa fazer com que a região cresça; cresça, se possível, a taxas mais altas do que o restante do País a fim de reduzir o fosso que a separa das regiões mais dinâmicas, de modo especial, a parte mais meridional do País.

O SR. ELCIO ALVARES — Senador Marco Maciel, o aparte de V. Exª é altamente elucidativo na explicitação da finalidade da Comissão. Foi interessante o comentário de V. Exª. Uma das preocupações que o Senador Beni Veras teve ao imaginar essa Comissão Mista é que não parecesse que essa seria mais uma comissão para clamar em nome do Nordeste. Seria um erro, evidentemente, dentro da visão ampla do Senador Beni Veras, fazer uma comissão inteiramente centrada em um problema regional, principalmente se fosse para o Nordeste. Iriam dizer, como aludem sempre, que o Nordeste estava criando mais um instrumento para reivindicar em seu prol.

A intenção do Senador Beni Veras — S. Exª teve oportunidade de conversar comigo pouco antes da instalação dessa Comissão — era exatamente convocar todo o País para mostrar, dentro de um contexto, o desequilíbrio econômico inter-regional bem evidenciado — e, aí, acho que aconteceu o grande momento de inteligência do Senador Beni Veras —, exatamente o problema do Nordeste.

Tive oportunidade de falar no Recife — assim como V. Exª que também esteve presente, Senador Marco Maciel — de maneira objetiva, naquela reunião da Sudene, a respeito da problemática do Nordeste.

Sou de um Estado da região Sudeste, o Espírito Santo, que tem uma economia estável, tem praias bonitas, montanhas, etc... O Espírito Santo não sofre o grande problema da seca. O Espírito Santo é um Estado que considero privilegiado, em matéria de natureza, no País.

O Sr. Marco Maciel — Permite-me V. Exª uma breve interrupção?

O SR. ELCIO ALVARES — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Marco Maciel — V. Exª teve oportunidade de governar o seu Estado e fez um excelente trabalho. Talvez seja resultado de seu trabalho o desenvolvimento do Espírito Santo. Certo dia, folguei em ver, lendo as pesquisas do IBGE, que o Espírito Santo é o Estado da região Sudeste que mais vem crescendo, lógico que em termos relativos. Em termos absolutos, o PIB do Espírito Santo não poderia ser cotejado com o de São Paulo. Mas, na região Sudeste, pude verificar que, em termos relativos, o Espírito Santo é o Estado que mais tem crescido. Então, V. Exª pode, de alguma forma, se sentir reconfortado pelo fato de ter sido Governador do seu Estado — e um bom Governador — e ter concorrido, decisivamente, para que isso acontecesse. Estou satisfeito porque, realmente, ao se visitar o seu Estado, hoje, verifica-se que é uma parte pujante do País; territorialmente, não é Estado de significativa dimensão física, mas é um Estado sem problemas agudos, e até exibindo taxas muito importantes no setor primário e, sobretudo, no setor secundário. Por isso, quero aproveitar a oportunidade para felicitá-lo e concordar com as palavras que está proferindo. Ao presidir essa comissão, V. Exª, se posiciona muito bem, porque não pertencendo a nenhuma dessas regiões problemáticas pode melhor observar os desníveis, regionais brasileiros. Desculpe a interrupção.

O SR. ELCIO ALVARES — Agradeço e, como estou fazendo este pronunciamento justamente dentro do sentido de convocar a atenção da Casa para a importância dessa comissão idealizada pelo Senador Beni Veras, quero me reportar mais um pouco sobre o Nordeste, exatamente em homenagem aos dois Senadores de Pernambuco que aqui estão presentes: Ney Maranhão e Marco Maciel.

O Senador Marco Maciel governou Pernambuco. Viveu S. Exª com toda intensidade, não só o impacto de uma economia profundamente importante dentro do contexto do Nordeste, mas, paralelamente, os problemas sociais que não são poucos no seu Estado.

Tive uma revelação extraordinária em Pernambuco, e quero fazer essa confissão de público, exatamente nesse ponto salientado por meu Líder Marco Maciel. Fui governador de um Estado que, hoje, considero, sem falsa modéstia, privilegiado. O Espírito Santo está muito bem economicamente e com uma potencialidade extraordinária; temos hoje o maior complexo portuário do País; somos um alimentador de divisas do País. O Espírito Santo possui uma lavoura cafeeira muito boa; uma diversificação em matéria de fontes econômicas que considero salutar; o turismo é importantíssimo, pois temos praias e montanhas. Isso nos dá uma visão, não diria jactanciosa, mas, realística do problema.

Quero esclarecer que me dói quando leio alguns elementos desavisados que — talvez não vivendo a problemática do Nordeste — dizem que os nordestinos são mestres em clamar, em chorar e lamentar para atrair verbas e recursos para a região. Penso que o Nordeste não pode ser avaliado por esse aspecto de clamar, de pedir, de implorar. O Nordeste tem potencialidade excepcional. Independentemente da seca, problema sério, a vitalidade dos homens públicos do Nordeste ficou demonstrada naquela reunião da Sudene. Todos querem, exatamente, um espaço para trabalhar com dignidade e dar ao Nordeste o seu lugar de destaque pela potencialidade que tem.

A comissão já começa, até certo ponto, a desmitificar essa idéia de que o Nordeste clama porque quer levar vantagem. O Nordeste clama, porque ele sabe da sua importância no contexto nacional, e quer ocupar esse espaço no momento em que fazemos esforço para integrar todas as regiões brasileiras dentro de um projeto de equilíbrio econômico. Esse já seria o ponto positivo em prol do Nordeste. O Senador Beni Veras conduziu com habilidade essa sua iniciativa. S. Exª quis convocar a atenção de todos nós para o Nordeste e o fez de maneira inteligente. Não privilegiou o Nordeste, apenas o colocou no patamar junto a outras regiões.

Na reunião que houve em São Paulo, que é o coração do Brasil, numa entidade fortíssima como a FIESP, fiquei admirado. Os representantes do Nordeste que ali compareceram, Deputados e Senadores, colocaram de tal forma o problema da região nordestina que, de certa forma, obrigaram os elementos da região Sudeste a também questionarem a problemática nordestina. Usaram de habilidade para convocar a atenção nacional exatamente para esse ponto que é fundamental, não deixando que o Nordeste se constitua em um bolsão, erradamente presumido como de miséria; mostraram que o Nordeste tem uma potencialidade digna de apoio. Por certo, na conclusão do relatório do Senador Beni Veras, teremos o Nordeste colocado no seu verdadeiro lugar, para gáudio de todos nós que sabemos que a região merece o apreço do povo brasileiro. E não é só resolver o problema da seca quando está na sua fase crítica, mas dar ao Nordeste instrumental através de seus açúdes, sistemas de irrigação, valorização do homem nordestino, que é um forte, porque, para enfrentar as vicissitudes, as intempéries, as agressões que o nordestino enfrenta, só sendo um forte.

Neste momento, acredito que a comissão, além de coletar dados, está despertando um sentimento que considero altamente saudável em favor do estudo do desequilíbrio inter-regional, privilegiando inegavelmente a região do Nordeste, mas um privilégio que não é injusto, pois consagra um problema que merece ser debatido com seriedade e é isso que tenho certeza que a Comissão Mista fará.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Ouço V. Exª com muita alegria.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Elcio Alvares, estamos ouvindo V. Exª com toda a atenção, pois está alertando a Casa com respeito ao relatório do eminente Senador Beni Veras. Realmente, temos que reconhecer e apoiar esse trabalho do nobre Senador do Ceará, porque é feito em benefício do Nordeste, com seriedade e isenção. Precisamos nos penitenciar de muitos erros que foram praticados com relação ao desenvolvimento do Nordeste. No meu Estado, por exemplo, temos obras inacabadas da Codevasf, como em Orobó, em que já foram investidos mais de 30 milhões de dólares. Por essas encanações, que levariam água e desenvolvimento para aquela região e que estão jogadas ao relento, hoje passem bodes. O DNOCS também tem, em Pernambuco, algumas obras de grande porte inacabadas. Isso significa que foram feitos projetos desorganizadamente, sem programação, e, no final, o dinheiro que seria aplicado em benefício de uma grande região, em benefício de uma grande coletividade não deu retorno. Acredito que esse relatório — que V. Exª está muito bem sintetizando — já está chamando a atenção da coletividade, do povo nordestino, dos seus dirigentes, da classe polí-

tica e das elites que representam aquela região. Agora mesmo estamos iniciando uma obra — que, se Deus quiser, não haverá de ser como a de Orobó — a adutora do Oeste. Essa adutora é água, é vida; ela irá beneficiar 150 cidades do sertão de Pernambuco e do Ceará. Se os homens que administraram, até o momento, aquela região — e digo isso porque também faço parte deles — tivessem feito e posto em prática planos para começar uma obra e, somente ao terminá-la, iniciar outra — o que não aconteceu até agora — as coisas seriam diferentes. Temos que pôr em prática aquelas sábias palavras do grande paraibano José Américo de Almeida: “O Nordeste precisa de água nas terras e o resto o nordestino faz”. Senador Elcio Alvares, nas visitas que tenho feito ao Estado de Israel, à Califórnia, pude verificar que em Israel precisamos de 76 mil dólares para molhar um hectare de terra; no Estado da Califórnia, na América do Norte, precisamos de mais de 40 mil dólares; e aqui temos apenas 9 a 10 mil dólares para molhar as terras do Nordeste. Por conseguinte, repito: esse relatório do Senador Beni Veras despertou no Brasil e em nós, nordestinos, a consciência de que temos de agir com competência, com seriedade, com um plano de trabalho que comece e que termine. Se essa longa trajetória de José Américo para cá tivesse acontecido, Senador Elcio Alvares, o nosso grande sanfoneiro Luiz Gonzaga, que falava ao povo através da sua sanfona, não teria feito as músicas “Asa Branca” nem “Seu Doutor”. Senador Beni Veras, este Senado, V. Exª, todos da Comissão estão prestando um grande serviço ao Nordeste e ao Brasil.

O SR. ELCIO ALVARES — Senador Ney Maranhão, o debate de hoje está mostrando um ponto que, cada vez mais, robustece a minha convicção, ou seja, houve uma forma inteligente de se convocar a atenção para o problema nordestino através de uma comissão de alcance nacional.

Realmente, o problema do Nordeste, quero deixar claro, não pode ficar adstrito apenas ao clamor dos nordestinos que estão aqui muito bem representados. Penso que, depois do relatório do Senador Beni Veras, esse problema é de todos nós, porque, como observamos na canção imortal de Luiz Gonzaga “Asa Branca”, que é o hino dessa gente admirável, elas vão e voltam após a seca. Quando chovê, todos retornam.

Por conseguinte, é obrigação nossa, do Poder Público brasileiro, não permitir que o nordestino saia da sua terra no momento em que o sol causticante castiga aquela região. É importante fixarmos o homem à sua terra, porque o amor é bastante acendrado à gleba calcinada.

Acredito que o Senador Beni Veras encontrou um caminho. Só gostaria que esse trabalho, que vai ser importante — já tive oportunidade de verificar a preliminar do relatório — não ficasse, até certo ponto, desconhecido para o Governo brasileiro.

A Comissão vai entregar pessoalmente ao Presidente Itamar Franco o resultado dessa pesquisa minudente em todo o território brasileiro, principalmente nas regiões mais assoladas por desequilíbrios inter-regionais. É preciso que o Governo compreenda que este é um gesto efetivo do Senado e da Câmara para dizer algo sobre a manutenção de política sadia de desenvolvimento, que já não pode ser feita aos impulsos de flagelos, ou de secas, ou de qualquer outra intempérie que venha a assustar o Brasil.

O Sr. José Richa — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Ouço V. Exª com muito alegria.

O Sr. José Richa — Senador Elcio Alvares, serei breve. Cumprimento V. Exª pelo excelente discurso que vem pronunciando, pela oportunidade do tema que vem sendo levantado e pela forma como V. Exª está abordando o assunto. Por isso, ao cumprimentá-lo pelo seu discurso, quero estender os cumprimentos também à Comissão do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro pelo extraordinário trabalho que vem desenvolvendo. E não poderia ser mais bem constituída e nem mais bem dirigida, como vem ocorrendo: V. Exª como Presidente, um homem de extraordinária experiência política, administrativa; o Senador Beni Veras, como Relator, uma excelente figura que todos nós, rapidamente, logo que chegou aqui, aprendemos a admirar e a respeitar, e com uma visão nacional dos problemas regionais. Isso é que me parece importante. Durante a minha vida inteira sempre disse que o Nordeste não é um problema só dos nordestinos; o Nordeste é um problema dos brasileiros. Enquanto os dramáticos problemas do Nordeste, especialmente os sociais, não forem enfrentados por todos os brasileiros, fatalmente acontecerá algo que já se esboça no quadro nacional: o nivelamento por baixo. Antigamente, eram mais gritantes as diferenciações sociais do Nordeste e do resto do País. Hoje, já estamos assistindo a uma “nordestinização” do Brasil. O Paraná é o celeiro agrícola do Brasil. Quero dar o exemplo do meu Estado que é um dos mais certinhos, ajustadinhos, que tem até, em termos de densidade populacional, um equilíbrio fantástico, pois não temos aquela superpopulação no litoral, a al representa apenas 12 ou 13% da densidade populacional do Estado, temos mais de vinte pólos regionais extraordinariamente bem distribuídos em todo o nosso território. O Paraná produz 1/4 da produção de grãos na agricultura brasileira; portanto é o maior produtor de alimentos no Brasil. O último relatório do IPEA constata que, num Estado com cerca de 10 milhões de habitantes, 1 milhão e 200 mil pessoas passam fome. Isso é inconcebível! Quando dizemos isso fora do Sul, muitos nem acreditam, entendem que os sulistas também começaram a fazer coro nas lamentações, mas é a pura realidade brasileira hoje: 1 milhão e 200 mil pessoas, portanto mais de 20% da população do maior produtor de alimentos do Brasil passa fome. É esse o quadro. Ora, V. Exª aborda muito bem o assunto no seu discurso e no trabalho que, como cita à Nação, vem sendo desenvolvido por esta Comissão. E não se trata de uma Comissão destinada apenas a ser um instrumento a mais de lamentação do Nordeste, mas pretende mostrar a realidade do Nordeste e dizer que esta região é capaz de desenvolver-se extraordinariamente. Conheço o Nordeste e, muitas vezes, vi aquela região com espírito de observador. Conheço o interior. As terras do Ceará e do Rio Grande do Norte são excelentes. Conheço o sul do Maranhão palmo a palmo, já andei por ali às vezes até a pé, de jipe, com qualquer veículo que me possibilitasse incursionar mais para o interior, para conhecer tudo muito bem. E cada vez volto mais entusiasmado com o potencial do Nordeste, que é algo extraordinário. Mas por que o Nordeste ainda impõe aos seus filhos um sacrifício tão grande? Porque neste País não há um projeto nacional. Este é o problema. Enquanto não tivermos um projeto nacional, não haverá, nem para o Nordeste, nem para nenhuma outra região do Brasil, um desenvolvimento sem desperdícios, harmonioso, capaz de conciliar os bens materiais com os quais a natureza generosamente premiou o nosso País e, ao mesmo tempo, fazer a população usufruir disso, conciliando o desenvolvimento, o crescimento e a pujança econômica com o bem-estar social das populações.

Neste ponto, mais uma vez, perdoem-me V. Ex^a é a Casa, começo a fazer as minhas comparações e chego à conclusão de que o problema é eminentemente político. O que acontece hoje no sistema presidencialista? Ao invés de estarmos discutindo um projeto nacional, a discussão que nós, políticos, fazemos dos problemas brasileiros é absolutamente equivocada. Aqui, temos o péssimo costume de, ao invés de discutirmos projetos nacionais, discutirmos desempenhos pessoais dos políticos. E o que acontece? Nós, políticos — isso por extensão acabamos atingindo a sociedade — começamos a discutir o desempenho do Presidente da República, o desempenho de tal ou qual ministro: o Ministro da Fazenda é melhor do que o outro, mas as injunções políticas fizeram o Presidente tirá-lo; o atual Ministro da Fazenda é talentoso, mas há problemas políticos, e por isso já se teme que talvez não dê certo; há muito mais pessoas torcendo politicamente para não dar certo do que para dar certo... Essa discussão é equivocada! Se o Brasil tivesse um projeto nacional, estaríamos discutindo o projeto, e não as pessoas que o estão executando. Claro que o problema do gerenciamento de qualquer projeto e de qualquer plano é importante, mas o mais importante é o conteúdo do projeto. Então, estaríamos discutindo se esse projeto precisa de correções, se é bom, se é ruim, se é mais ou menos e precisa ser aperfeiçoado, melhorado. Então, o centro da discussão seria deslocado de hoje, que é uma discussão presidencialista equivocada do desempenho de pessoas, para uma discussão correta, que seria um projeto nacional. Se o País tivesse um projeto nacional, saberíamos que papel estaria reservado ao Nordeste ou a qualquer outra região, porque não se pode conceber um projeto nacional sem levar em conta a questão de cada região.

Não se pode conceber um programa que não considere a gestão de cada região. Por essas razões, estou convencido de que o problema é político e recebe forte influência do sistema de governo adotado. O parlamentarismo — ainda que não apresentasse outras — tem a grande vantagem de não permitir a existência de um governo sem programa ou de um governo que, mesmo tendo um projeto nacional, não conta com maioria para lhe dar respaldo e sustentação. Se estivéssemos, portanto, sob o regime de gabinete, ao invés de nos perdermos em discussões sobre o desempenho das pessoas, estaríamos preocupados em aperfeiçoar um programa de atuação. Acredito que, se existisse uma proposta concreta de ação amplamente discutida a sociedade poderia convencer-se de que aquele era o caminho certo e, por consequência, pressionaria para que houvesse um grupo político hegemônico que, ao longo do tempo, proporcionaria sustentação necessária para a execução desse projeto nacional. Congratulo-me com V. Ex^a, sobretudo porque se trata de uma das poucas vezes que vejo um grupo de pessoas, as quais V. Ex^a preside, seguirem na direção correta para a solução dos problemas nacionais. Parabéns a V. Ex^a, que tão brilhantemente preside essa Comissão.

O SR. ELCIO ALVARES — A intervenção de V. Ex^a, Senador José Richa, foi — digamos — um aparte síntese. V. Ex^a teve a felicidade de sintetizar todo o nosso sentimento, nossa idéia a respeito dessa Comissão. Concordo com a afirmação de V. Ex^a no sentido de que o planejamento nacional deve ser uniforme, abrangente, deve incluir todas as regiões brasileiras. Para que seja consumado um desenvolvimento razoável, há de haver identidade no projeto, manutenção dos

objetivos e, acima de tudo, visão hegemônica dos problemas brasileiros.

Penso que V. Ex^a foi feliz em suas colocações, porque, embora o Paraná, por exemplo, tenha peculiaridades, seus problemas não podem ser vistos sob uma óptica regional. O projeto de desenvolvimento deve ser nacional.

Associo-me também à tese de V. Ex^a, segundo a qual a questão é política. Infelizmente, estamos vivendo, sob um regime presidencialista, um momento grave como esse. O Senador Fernando Henrique Cardoso, nossa grande esperança, passou a ser pólo de discussão política dando-o como candidato num momento em que não nos deveríamos atentar para as pessoas, e sim para as idéias que elas apresentam.

O Sr. José Richa — Permita-me um aparte, só para completar?

O SR. ELCIO ALVARES — Ouço V. Ex^a com atenção.

O Sr. José Richa — Apenas procurei fazer uma síntese — a iniciativa não é minha, é de V. Ex^a — da importância do trabalho dessa comissão. A existência de um projeto nacional teria influência até psicológica sobre a sociedade, uma vez que a estabilização da economia, a contenção da inflação, a retomada do crescimento econômico, a justiça social não virão sem sacrifícios. É impossível imaginar que, se pode superar obstáculos conjunturais e financeiros sem que haja sacrifícios. A situação econômica do Brasil é boa. Se o Brasil tivesse que ser vendido a “porteira fechada”, seria o País mais valioso do mundo, porque tem uma situação macro excepcional: um PIB de 450 bilhões de dólares, um volume de exportação de 40 bilhões de dólares por ano, reservas cambiais de 25 bilhões e uma dívida externa insignificante, perfeitamente administrável, comparada à de outros países, inclusive do Primeiro Mundo. Ainda ontem, ouvi do Ministro Fernando Henrique que a dívida interna é de aproximadamente 30 bilhões de dólares, o que representa menos de 10% do nosso PIB. Por outro lado, a dificuldade decorre da situação fiscal e da questão financeira. Estas são preocupantes e agravam a situação social da nossa população. Sem sacrifícios, portanto, não conseguiremos estabilidade econômica para criar condições de retomada de desenvolvimento. No entanto, as instituições políticas estão tão desmoralizadas que o povo não mais lhes deposita credibilidade. O povo quer saber por que e at quando fazer o sacrifício. Essa é mais uma evidência de que se faz imprescindível a elaboração de um projeto nacional, de um projeto que demonstre à população que a classe política tem metas a cumprir e que estas, a médio prazo, levarão o Brasil a uma determinada posição e, a longo prazo, alçarão o País a outra posição. Só mediante esses esclarecimentos poder-se-ia conseguir a adesão de toda a população, no sentido de que ela se dispusesse a, mais uma vez, fazer sacrifícios. A sociedade exige, para se engajar nas metas do Governo, que seja invertida a cultura inflacionária para uma cultura de credibilidade e de crença na afirmação de que o Brasil, no futuro, terá conserto.

O SR. ELCIO ALVARES — A idéia de um Projeto Nacional do Desenvolvimento está ganhando corpo. Se o Governo insistir em setorizar o desenvolvimento, estará cometendo em erro inominável. A Comissão, Senador José Richa, também objetiva o despertar do Governo no sentido de elaborar um programa nacional de desenvolvimento que privilegie todo o País e não deixe, de maneira alguma, o tema ser abordado

da maneira como tem sido até hoje, ou seja, atendendo a interesses ou do momento, ou das regiões.

Prosseguindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, — vejo que a luz vermelha assinala o término do meu tempo —, gostaria de enunciar, de maneira objetiva, o temário e também as pessoas que participaram do encontro.

O primeiro painel foi “O Sudeste e a Unidade Nacional”, estando presentes o Governado Hélio Garcia, de Minas Gerais; o Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que foi o anfitrião; o Prefeito Patrus Ananias, de Belo Horizonte; e o Prefeito Paulo Hartung, de Vitória. Como vêem, os homens públicos que têm a responsabilidade de dirigir os Municípios e os Estados sensibilizaram-se em relação ao debate, compareceram, proferiram palestras e apresentaram idéias positivas, que já estão sendo incorporadas ao relatório do Senador Beni Veras.

O segundo painel teve como primeiro tema “Bases para o Desenvolvimento Nacional Equilibrado”, sobre o qual o Deputado José Serra falou com amplo conhecimento de causa. Compareceram o empresário José Alencar, Presidente da Fiemg; Mário Amato, ex-Presidente da Fiesp, que abordou tema bastante significativo, relacionado à educação; o Professor Luciano Coutinho, elencando aspectos técnicos de grande valia; e o empresário Antônio Ermírio de Moraes, que, finalizando o painel, expôs suas idéias sobre a região Sudeste e as soluções que, a seu ver, resolveriam os problemas que lhe são inerentes.

Sobre o segundo tema — “Políticas Regionais e seu Financiamento”, falaram o Professor Antônio Kandir e Alcides Lopes Tápias, representante da Febraban.

O ponto mais importante, a meu ver, tendo em vista que nos encontramos na iminência da revisão constitucional, foi abordado no terceiro tema “A Reforma Constitucional e a Federação”. Ouvimos o empresário Luís Eulálio Bueno Vidigal; o empresário José Mindlin, esplêndida revelação de patriotismo; o Dr. Olavo Setúbal, que se fez presente do início ao encerramento da reunião.

Dois intelectuais de alta relevância na vida do País tiveram oportunidade de passar idéias magníficas, principalmente a respeito da reforma constitucional, a Dr^a Aspásia Camargo Brasil e o Dr. Ives Gandra Martins, nomes que respeitamos e admiramos.

A Dr^a Aspásia Camargo é realmente uma das inteligências mais fulgurantes deste País. Debateu com muita propriedade o tema, chamando a atenção para pontos que considero importantes. Logo em seguida fomos premiados com a exposição do Dr. Ives Gandra Martins, advogado brasileiro de renome, profundo entendedor da Constituição, que tem uma obra magnífica sobre a Carta Magna atualmente consultada por todos. O Dr. Ives Gandra Martins, inclusive, entregou à Comissão um relatório de um trabalho que coordenou, que aborda problemas relacionados à reforma constitucional.

Na ocasião, até me surgiu uma idéia. Neste momento em que nos preparamos para a revisão constitucional, seria interessante que o Senado, além desses magníficos assessores que temos aqui, convocasse pessoas do porte de Aspásia Camargo e Ives Gandra Martins, para também nos orientar e esclarecer no debate da revisão constitucional que vamos ter a partir do mês de outubro.

Além desses expositores, representando as forças sindicais brasileiras esteve presente Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que é uma liderança sindical

expressiva no País, tendo sido realista na conceituação social dos problemas do Sudeste.

Essa reunião no auditório da Fiesp teve a presença, inclusive, de vários Senadores e Deputados — cito, entre outros, os Deputados José Serra, Pinheiro Landim, Luiz Girão e Osvaldo Coelho, e também os Senadores que acompanharam o Senador Beni Veras — quero destacar Esperidião Amin, João Calmon, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Roman Tito, e Jonas Pinheiro, aqui presente, que, desde o primeiro momento tem dado ao Senador Beni Veras e a essa comissão o prestígio da sua presença.

O Presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira, pronunciou discurso dizendo da satisfação com que abria as portas da Fiesp para a comissão representativa do Congresso Nacional. Isso me despertou uma sugestão que externo agora, de público. Deve a nossa Casa, sempre que possível, deslocar grupo de Senadores para debater, nos estados respectivos em que existe desequilíbrio a problemática nacional.

Essa presença do Senado é importante. Não podemos ficar presos somente em Brasília, em nosso plenário. O Senado tem que ter vida, tem que ter presença local perante os grandes problemas brasileiros.

Em São Paulo, no auditório da Fiesp, tomamos consciência de que um trabalho sério, como o que está sendo feito pelo Senador Beni Veras, encontra ampla repercussão, e o resultado aí está. Compareceram dezenas e dezenas de pessoas, e aqueles que participaram como expositores dão mostras contundentes da importância da recepção desse trabalho na região Sudeste brasileira, onde se inclui o meu Espírito Santo.

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

OSR. ELCIO ALVARES — Ouço o nobre Senador Jonas Pinheiro, que foi nosso companheiro na ida a São Paulo, no dia 24.

O Sr. Jonas Pinheiro — Nobre Senador Elcio Alvares, não poderia me subtrair, de forma alguma, no sentido de não fazer o registro relativamente a essa matéria tão importante que V. Ex^a traz ao conhecimento da Casa. O que objetiva a comissão? Elaborar um documento rico, pleno de informações, as mais variadas possíveis, a respeito da questão econômica, dos motivos que provocam as diferenças dos desequilíbrios regionais. Nesse sentido, nos parece que a comissão — tão bem presidida por V. Ex^a e tendo em Beni Veras, Senador da mais alta expressão, o seu Relator — tem muito bem caminhado na direção da consecução desse objetivo. Temos certeza de que o trabalho produzido por essa comissão, oferecido ao Executivo, e uma vez bem recebido e explorado, vai se constituir em uma solução para o País. Recordo-me de um trecho do aparte do nobre Senador José Richa, quando disse que o Nordeste não é um problema do Nordeste, mas do País inteiro. Pegaria aí uma carona para dizer um pouco mais, que o Nordeste não é só um problema para o País, mas também uma solução, porque na medida em que se resolver o problema nordestino teremos a solução para o País. Disse também o Senador José Richa, que conhece o interior do Nordeste, quase palmo a palmo — e creio nisso — que são as terras mais férteis que possamos ter no País. As terras do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, do Maranhão e do Piauí são as mais férteis possíveis. É preciso, somente, que se solucione o problema do Nordeste, para que ele volte todo o seu potencial produtivo para o

enriquecimento, para o aumento da riqueza do nosso País. Estou, de certa forma, numa posição privilegiada, porque tenho acompanhado a comissão, creio que fui a quatro das sete ou oito reuniões realizadas em diferentes capitais das várias regiões do País — estive nas reuniões de Belém, Manaus, Recife e, agora, em São Paulo. Em nenhuma dessas ocasiões uma reunião foi mais ou menos importante do que outra. Tivemos um interesse manifestado por todas as pessoas que delas participaram. Em cada momento houve a presença de governadores, de prefeitos, de líderes sindicais, de empresários, enfim, todo o segmento representando a sociedade interessada naquela realidade. Pretendemos com essa comissão elaborar um documento que espelhe a realidade, buscada através de depoimentos recebidos nas diferentes regiões do nosso País. Então, o que temos são depoimentos, e não um documento elaborado aqui, no interior da nossa Casa, baseado em hipóteses imaginadas na sala das comissões. Ele não foi criado em um laboratório restrito, mas será, sim, a consequência da exploração, da prospecção de um universo muito amplo e diversificado. Então, nobre Senador Elcio Alvares, neste instante em que V. Ex^a faz esse relato, com muita objetividade, chego até a chamar a atenção, a fim de reforçar o seu argumento, para um fato que muito nos impressionou em São Paulo, no auditório da Fiesp. Tivemos, como V. Ex^a já citou, a presença de pessoas como Mário Amato, José Ermírio de Moraes, Paulo Setúbal, José Maria Mindlin, Paulo Maluf, Hélio Garcia, entre outros. Cito apenas esses, porque ficamos impressionados, não só pelo conteúdo e expressão de seus depoimentos, mas, sobretudo, pelo fato de, sendo pessoas de um custo/oportunidade elevadíssimo, passarem, das 10 às 19 horas e 30 minutos, quando encerramos os trabalhos, sem arredarem o pé, para usar uma expressão nordestina. Esse fato a nós demonstrou um interesse que, sinceramente, nos sensibilizou, sendo objeto de nosso comentário na viagem de volta, naquela mesma noite, já quase de madrugada. Nobre Senador Elcio Alvares, quero manifestar aqui a minha solidariedade a V. Ex^a, nesta oportunidade, fazendo o meu elogio sável, que é um dos exponenciais desta Casa e que tem dado ao Brasil, através de seu trabalho, um contribuição magnífica.

O SR. ELCIO ALVARES — V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, teve oportunidade de enfatizar questão que também considerei de relevo, o chamamento das lideranças da região Sudeste para essa região. E gostaria, além desses nomes de políticos e empresários e do líder sindical Vicentinho, que foram mencionados, de chamar a atenção também para alguns outros nomes, o que demonstra também o interesse pela reunião. São eles: Carlos Alberto Vogt, Reitor da Unicamp, Mauro Osório, representando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e o Reitor da PUC, Antônio Carlos Caruso Ronca, que deram contribuição valiosa à reunião.

Portanto, eminentes Senadores, meu caro Presidente, tivemos um momento de muito brilho para o Congresso Nacional em São Paulo.

O Sr. César Dias — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ELCIO ALVARES — Pois não, ouço o Senador César Dias com satisfação.

O Sr. César Dias — Nobre Senador Elcio Alvares, V. Ex^a, nesta manhã, sai da retórica para a prática no momento em que oferece um relatório resultante de um amplo estudo por parte da Comissão de Desequilíbrio Inter-Regional. Essa

comissão, sob a presidência de V. Ex^a, ao longo de oito meses, realizou, com afinco, um trabalho laborioso, que, graças à magnanimidade do nobre Senador Beni Veras, alcançou todas as regiões brasileiras. S. Ex^a esteve debatendo o assunto na Suframa, na Sudeco, na Sudene e alcançou entrar na intimidade, nos problemas intrínsecos da Sudam. Esse relatório deverá servir de subsídio para uma intersecção sociológica, econômica e desenvolvimentista, para que o Governo, no plano de orçamento do ano vindouro, venha reformular instituições que fazem o desenvolvimento, como a Sudene, Sudeco, Sudam, Suframa, para que possamos fazer um trabalho global, conforme disse o Senador José Richa. Realmente, acredito muito na Comissão do Desequilíbrio Econômico e Inter-Regional Brasileiro. Esse trabalho deverá ser levado ao Presidente Itamar Franco e, posteriormente, cobrado, para que não tenha sido em vão, como ocorreu com muitos outros projetos importantes de comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. E nós, aqui do plenário deste senáculo democrático, vamos cobrar do Presidente da República, dos ministérios desenvolvimentistas deste País, para que um trabalho que aborda o problema brasileiro como um todo, em um plano global, dê frutos. Parabenizo V. Ex^a e estendo os meus cumprimentos ao Senador Beni Veras, porque, realmente, esse é um dos melhores trabalhos que tivemos nesses tumultuados últimos tempos do Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. ELCIO ALVARES — O aparte do Senador César Dias, dentro dessa visão global da comissão, é oportuno. O nobre Senador é dos mais eminentes representantes de Roraima e sempre traz para o conhecimento desta Casa a problemática da sua região. Somou-se, por certo, ao aparte do Senador Jonas Pinheiro, que é dedicado representante do Estado do Amapá. A visão setorial que neste momento passa a ser, na ótica da Comissão, uma visão de projeto integral, uniforme, através da palavra de cada um dos Senadores que aqui falaram, das mais diferentes regiões, diz do acerto e da justeza da iniciativa do Senador Beni Veras, de imaginar a Comissão Mista para estudar o desequilíbrio regional brasileiro.

Sr. Presidente, eminentes colegas, a reunião do dia 24, em São Paulo, foi praticamente a última audiência pública da comissão. Agora só nos resta esperar o relatório do Senador Beni Veras. Quero manifestar, desde já, a minha integral convicção de que este será um trabalho primoroso, à altura da inteligência do nobre Representante do Estado do Ceará. E esse trabalho, que vai merecer desta Casa o gáudio da sua satisfação, vai ser entregue ao Presidente Itamar Franco numa solenidade, para afirmar, de forma concreta, que o Congresso brasileiro está altamente preocupado com a problemática do desenvolvimento do País.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Pois não, Senador Magno Bacelar, no final do meu discurso a sua palavra é necessária, porque V. Ex^a em todos os momentos tem sido lúcido defensor do Estado do Maranhão.

O Sr. Magno Bacelar — V. Ex^a há de convir que, enquanto estava na Presidência, eu tinha que cumprir o Regimento.

O SR. ELCIO ALVARES — Quero assinalar que foi graças à benevolência de V. Ex^a que meu discurso se estendeu até agora.

O Sr. Magno Bacelar — Mas V. Exª há de convir que eu não poderia me furar ao debate de um assunto tão importante nesta manhã, no Senado Federal. Já é uma das características das sextas-feiras o debate de grandes assuntos, grandes temas. Eu gostaria de dizer apenas que tenho a honra de fazer parte da comissão, e que V. Exª tem se constituído num homem vitorioso, porque todas as Comissões que preside têm chegado aos resultados que a nossa sociedade espera. Há de ressaltar-se também a abnegação do Senador Beni Veras que, com muita tenacidade, procurou buscar nos vários pontos do País os elementos de que precisamos. Ouso até dizer que este é o primeiro projeto para o Brasil. Parabéns a V. Exª, como Presidente, e ao Senador Beni Veras, pelo trabalho profícuo que vêm desenvolvendo.

OSR. ELCIO ALVARES — A palavra do Senador Magno Bacelar é extensiva a todos os integrantes da Comissão, porque, na verdade, o trabalho realizado pelos Senadores e Deputados, com o objetivo de chegar a conclusão importante para o desenvolvimento brasileiro, merece ser realçado em todas as oportunidades. Recolho, então, com satisfação, o aparte do Senador Magno Bacelar.

E concluo, Sr. Presidente, manifestando aqui de público a inteira convicção de que o Relatório Beni Veras vai ser documento de importância para o País porque, além da inteligência do Senador cearense, vamos contar com o trabalho de observação, a participação enriquecedora dos Deputados e Senadores que integraram essa Comissão, que vem honrando sobremodo o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Elcio Alvares, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

Durante o discurso do Sr. Elcio Alvares, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Bello Parga _ César Dias _ Darcy Ribeiro _ Elcio Alvares _ Flaviano Melo _ Irapuan Costa Júnior _ Jonas Pinheiro _ José Fogaça _ Levy Dias _ Luiz Alberto Oliveira _ Marco Maciel _ Nelson Carneiro _ Ney Maranhão _ Pedro Simon _ Ronaldo Aragão _ Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1993 (nº 186/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jovem Pira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na Cidade de Piracaia, Estado de São Paulo. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Magno Bacelar para proferir parecer, em substituição a Comissão de Educação.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega a nosso exame, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1993 (nº 186-B, de 1992, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jovem Pira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 288, de 1990, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional o referido ato de outorga de permissão de exploração de canal em frequência modulada, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, na Constituição Federal, ato este constante da Portaria nº 96, de 9 de março de 1990, publicada no *Diário Oficial da União* de 13 de março de 1990.

É a seguinte a composição acionária da Rádio Jovem Pira Ltda:

José Carlos Farah	15.400 cotas
José Carlos Lorenzoni Farah	1.400 cotas
Dirceu de Toledo Pereira	1.400 cotas
Vera Lucia de Moraes Farah dos Santos	1.000 cotas
Sonia Maria Correa de Toledo	400 cotas
Luiz Carlos de Campos Pereira da Silva	400 cotas

TOTAL 20.000 cotas

O presente Projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, deputado Paulo Heslander e aprovação unânime da Comissão. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa, contra o voto do deputado Hélio Bicudo.

Já no Senado, estive o Projeto nesta Comissão, à disposição dos Senhores Senadores para recebimento de emendas, no prazo regimental, não tendo recebido quaisquer reparos.

2. Voto do Relator

Diante da regularidade dos procedimentos e do testemunho ministerial de que a Rádio Jovem Pira Ltda., atende a todos os requisitos técnicos e legais para recebimento da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do presente Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não há **quorum** para votação. Em consequência, o item nº 1 da pauta fica adiado para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, em permuta com o Senador Ney Maranhão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo, em rápidas palavras, voltar a ferir uma questão que tem preocupado não somente a nós, representantes do Nordeste, mas ao Senado em geral. Refiro-me, Sr. Presidente, à seca, que agora assola de forma muito intensa a região nordestina.

Diria, Sr. Presidente, que estamos diante de um fenômeno cuja extensão ainda não foi adequadamente avaliada, mas que, certamente, já dá para ser caracterizado como a mais dramática seca que o Nordeste vive desde 1932, ou seja, a maior seca dos últimos 60 anos.

Tudo indica, Sr. Presidente, em que pese as expectativas de ainda chover no Nordeste, sobretudo nas regiões menos áridas, que a seca vai continuar e, o que é mais grave, deve alastrar-se, provocando, conseqüentemente, danos não só econômicos, sobretudo na agricultura e na pecuária, mas também danos sociais incalculáveis, incomensuráveis.

Sr. Presidente, também compareço mais uma vez a esta tribuna para fazer um apelo que, tenho certeza, não é apenas meu, mas de todos aqueles que representam os Estados do Nordeste nesta Casa, no sentido que o Governo Federal adote providências de maior apoio à região Nordeste. A ajuda que o Governo Federal vem prestando à região Nordeste, ainda que seja em caráter extraordinário, está muito aquém do que o Nordeste necessita.

Na próxima semana, o Ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, promoverá mais uma reunião de um comitê constituído sob sua coordenação, do qual fazem parte governadores, líderes da sociedade civil e, inclusive, representantes dos trabalhadores, no sentido de avaliar, novamente, a questão.

Portanto, tendo em vista a proximidade dessa reunião, recorreria ao Ministro e, através de S. Ex^a, ao Presidente Itamar Franco no sentido de que agilize as providências prometidas e, mais do que isso, que se aloque mais recursos para a região nordestina. O que se pretende, de forma mais imediata, é que o programa de apoio às vítimas da seca seja prorrogado até dezembro, e seja ampliado, uma vez que não tem condições, pelo volume ainda limitado de recursos, de atender todas as pessoas atingidas pela estiagem. São muitos prefeitos, para não falar dos governadores — inclusive, o Governador do meu Estado, Joaquim Francisco —, que estão reclamando a adoção dessas providências.

Sr. Presidente, faria, também, dois apelos ao Presidente Itamar Franco com relação à execução de obras públicas no Nordeste. Primeiro, no sentido de que Sua Excelência dê prioridade às obras para o Nordeste e, de modo especial, àquelas que já estão com recursos consignados no orçamento e que se desenvolverão na região do semi-árido. Como se sabe, na Lei de Meios para este ano há uma série de recursos previstos para a região Nordeste.

Portanto, é fundamental que essas dotações sejam liberadas em caráter prioritário, para que possamos, sem delongas, minimizar os efeitos da seca.

Esse é o meu primeiro apelo. Sei que Ministérios como o das Minas e Energia, dos Transportes, da Agricultura e no próprio Ministério da Integração Regional há muitas obras relevantes, cujos inícios não somente ajudarão o Nordeste a livrar-se dos efeitos da seca, mas farão, também, com que isso gere emprego de curto prazo para alocar essa mão-de-obra que, de uma hora para outra, ficou sem ter onde trabalhar e, conseqüentemente, passando privação.

O segundo, Sr. Presidente, diz respeito à necessidade de o Governo Federal definir um programa de obras permanentes. Não é possível, Sr. Presidente, continuar reclamando liberação de recursos emergenciais para socorrer populações vitimadas pela seca. É hora de serem executadas obras permanentes, sobretudo hídricas, que têm dado significativas respostas, principalmente quando se tratam de obras de irrigação, que permitem incorporar muita mão-de-obra, porque, para cada hectare irrigado, são gerados dois ou três empregos diretos.

Então, o meu segundo e último apelo, Sr. Presidente, é no sentido de que o Presidente Itamar Franco procure liberar recursos para essas obras permanentes. A propósito, Sr. Presidente, tenho em mãos um editorial do jornal **O Globo**, publicado no dia 4 de maio deste ano, sob o título: "O Sertão é Viável". Diz o editorial:

"Em que pese a seca, o Nordeste tem viabilidade econômica, isto é, viabilidade econômica decorrente de obras de caráter permanente, sobretudo no setor primário da economia, isto é, no setor da agricultura, a partir da agricultura irrigada."

Naturalmente, em se gerando produtos agrícolas, certamente ocorre uma melhoria na dieta alimentar, fixa o homem a sua região e, mais do que isso, tem-se, a partir daí, a possibilidade de desenvolvimento da indústria e do setor de serviços. Por isso, é algo que não pode ser descurado. Aliás, o próprio editorial de **O Globo** diz, com propriedade:

"A implantação de sistemas amplos de irrigação no interior do Nordeste não é, portanto, apenas um projeto de interesse regional. Deve ser tratado como um projeto nacional, já que seus efeitos serão sentidos nas demais regiões do País. De 16 milhões de pessoas que vivem na zona rural em estado de pobreza absoluta no Brasil, dez milhões estão no Nordeste. Desses, milhares se tornaram migrantes periódicos, inflando a periferia das cidades..."

Diz, mais adiante, o referido editorial de **O Globo**: "Seria necessário atrair para o Nordeste grupos de empresários que se motivem pela agricultura irrigada, seguindo a trilha de projetos bem-sucedidos no vale do São Francisco e em outros lugares. Como os recursos oficiais são parcos, seria preciso coordenar a ação de diferentes esferas de governo para que os investimentos não fiquem no meio do caminho, como tem ocorrido com frequência. O País está sensibilizado para o problema da fome. É hora de se quebrar o ceticismo em torno do futuro do Nordeste e dar ao sertão a atenção que o Brasil merece."

Sr. Presidente, gostaria, também, de dizer que outros recursos podem ser alocados desde que o Governo Federal consiga atrair para o Nordeste apoios de instituições de crédito estrangeiras, inclusive de países do chamado Primeiro Mundo, que dispõem de órgãos voltadas para este fim. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, dos países da Europa Ocidental e, mais recentemente, do Japão. Aliás, devo dizer que, agora mesmo, a Codevasp, em articulação com a Embaixada do Japão no Brasil, está, naturalmente, negociando formas de financiamento japonês, através de suas instituições de apoio internacional, para transformar a caatinga nordestina em centro produtor de carne. Este é um dos exemplos, Sr. Presidente, de experiências que devem e podem ser tentadas e que, a

meu ver, uma vez implementadas, terão êxito absoluto, como bem já o demonstra a experiência a que se reporta o editorial de *O Globo* com relação à região do submédio São Francisco, de modo especial Petrolina. Todos que tiveram a oportunidade de conhecer Petrolina sabem que ela se converteu num oásis, numa nova Califórnia do Nordeste, e isso se deve graças — é importante frisar — aos trabalhos de irrigação.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Marco Maciel, V. Ex^a, como conhecedor profundo dos problemas da nossa região, pois já governou o Estado de Pernambuco, V. Ex^a deu exemplo de preocupação com o Nordeste, principalmente com a área de irrigação. Quero dizer a V. Ex^a que precisamos juntar as Bancadas nordestinas na Câmara e no Senado para que aquele projeto, que foi aprovado na Comissão de Economia, com respeito aos investimentos de capital estrangeiro — tendo V. Ex^a inclusive apresentado uma emenda, que também foi aprovada, possibilitando que as remessas de lucros sejam feitas através de qualquer banco oficial no Brasil — possa ser aprovado. Esse projeto irá complementar — e é de importância fundamental para o pronunciamento que V. Ex^a faz neste momento — as grandes obras que temos no Nordeste, as parcerias que devemos e precisamos ter, porque V. Ex^a sabe, Senador Marco Maciel, como conhecedor profundo desse problema, repito, que o nosso cobertor está curto financeiramente: quando cobre a cabeça, descobre os pés, e vice-versa. Precisamos de obras como as realizadas por V. Ex^a durante o seu governo, obras como a do Porto de Suape, a Transnordestina, a Norte/Sul, sem falar de outros setores na nossa região, que V. Ex^a está tão bem lembrando. Sem uma lei transparente, é muito difícil que os nossos investidores tragam recursos para o Brasil, porque eles precisam saber onde eles vão ser empregados, como serão o reinvestimento e a remessa de lucro. Esse projeto, de autoria deste Senador, tem que ser aprovado rapidamente, com a colaboração de V. Ex^a, para que esses parceiros se juntem a nós. Nós temos a riqueza, as terras e as matérias-primas, Senador, mas precisamos de tecnologia e dinheiro para que este País e o Nordeste cheguem onde desejamos. Então, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento e, ao mesmo tempo, fazer-lhe um apelo, como Líder de uma das maiores Bancadas do Congresso Nacional, para que esse projeto, aprovado no Senado, com o apoio de V. Ex^a e deste Senador, seja transformado em lei para que se concretize esse sonho de todos os nordestinos.

OSR. MARCO MACIEL — Muito obrigado, nobre Senador Ney Maranhão, pelo aparte substancioso e denso de V. Ex^a. Quero dizer, procurando ser sintético, que vou me empenhar, através de entendimentos com o Líder do nosso Partido na Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo Magalhães, para viabilizar a mais rápida aprovação do projeto que V. Ex^a teve a oportunidade de oferecer ao Senado, que foi acolhido pela unanimidade de seus membros, e representa uma contribuição muito grande, não somente ao desenvolvimento do Nordeste, mas, por que não dizer, ao desenvolvimento do País, porque é um projeto que extrapola muito os limites regionais nordestinos para se converter em uma questão de interesse nacional.

Devo, também, agradecer a V. Ex^a as palavras de apoio ao apelo que faço no sentido de que obras sejam feitas no

Nordeste, sobretudo como forma de apoiar as populações que estão sofrendo com a rigorosa estiagem que ocorre mais uma vez na nossa região.

V. Ex^a lembra com propriedade que, se essas obras forem feitas, elas naturalmente vão ajudar a gerar emprego e renda para largas parcelas da população, sobretudo para aquelas situadas no semi-árido, que é justamente a parte mais sofrida.

Portanto, Sr. Presidente, concluo fazendo um apelo ao Presidente Itamar Franco e aos seus Ministros, particularmente ao Ministro Alexandre Costa, da Integração Regional — que bem conhece a problemática nordestina, posto que é maranhense no sentido de que o Governo Federal desenvolva, com mais intensidade, políticas de apoio ao Nordeste, principalmente de combate aos efeitos da seca.

Neste momento, o Nordeste vive, como disse, uma das maiores secas de todo o século, que tem deixado uma seqüela muito grande no campo social, com populações praticamente sofrendo de grave penúria, deslocando-se para outros pontos, para as grandes cidades ou mesmo para o Sul do País.

Também faço um apelo para que o Governo Federal não somente prorrogue seu programa de apoio às vítimas das secas, mas, mais do que isso, cogite também de ampliá-lo, porque a seca está atingindo regiões que não tinham sido ainda atingidas, inclusive a região agreste e, em alguns lugares, até mesmo a própria Zona da Mata.

Por fim, Sr. Presidente, é importante lembrar que uma providência que muito poderá ajudar a minorar os efeitos da seca será uma decisão do Governo Federal, através do próprio Presidente Itamar Franco, no sentido de autorizar o início de obras que estão previstas no Orçamento da União, sobretudo daquelas situadas na região do semi-árido, porque essas obras, além de terem um efeito — como já disse — de combate permanente aos efeitos da seca, elas gerarão, a curto prazo, empregos que muito ajudarão os nordestinos.

Portanto, Sr. Presidente, concluo, fazendo, por intermédio desta Casa, mais uma vez esperando estar expressando o sentimento de todos, o meu apelo para que o Presidente Itamar Franco e seus Ministros, sobretudo os mais ligados à questão nordestina, possam olhar de forma prioritária essa grave questão que se abate sobre o Nordeste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, “Vamos abrir o Nordeste para o Brasil e para o mundo...”

Com esta convocação, concluí um pronunciamento que fiz há alguns dias na Assembléia Legislativa de Pernambuco e no Senado Federal, acrescentando, em seguida, que: “...do resto o Nordeste dá conta!”

Quero relançar aqui o mesmo apelo que fiz naquela ocasião e reforçar com ele a certeza que tenho de que, se forem dadas as condições, o Nordeste sai do atoleiro em que está hoje, pois nenhum nordestino está satisfeito em se ver na situação em que se encontra.

Inúmeras vezes o povo do Nordeste já provou, para o restante do País, que sabe enfrentar desafios e não foge ao trabalho.

Mas é preciso dar as condições para que o Nordeste cresça e produza riquezas para o País e é por esse motivo que insisto, mais uma vez, na exigência de soluções definitivas para os problemas da seca do Nordeste. Insisto, Srs. Senadores, em uma política nacional que atenda às verdadeiras necessidades do Nordeste e não se contente em apenas remediar as suas situações. Insisto e continuarei insistindo, durante toda a minha vida, na fé que tenho na capacidade de trabalho do homem nordestino, porque este é um exemplo que tenho sempre diante dos meus olhos, este é um exemplo que qualquer um pode testemunhar, percorrendo aquelas terras de clima tão hostil e de gente tão dedicada.

Nenhum brasileiro deveria estar indiferente aos problemas do Nordeste, pois como tem sido dito, e repetido, a solução dos problemas nordestinos é a solução dos problemas brasileiros. No dia em que o Brasil souber trazer o Nordeste para o lado da solução, e não deixá-lo, como tem feito, há tanto tempo no lado do problema, aí, então, teremos um mercado interno de grande porte, teremos incorporado uma extensa área de processo produtivo, com ganhos evidentes para todos os brasileiros e não somente para os brasileiros do Nordeste. Mas é preciso que se tome algumas providências e, nesse sentido, aproveitemos a oportunidade que as circunstâncias estão nos oferecendo, quando se discute em todas as regiões brasileiras uma solução para o problema da seca no Nordeste, para lembrar o que deve ser feito e o que deve ser evitado, a fim de que possamos transformar a região nordestina em elemento importante na solução dos problemas nacionais.

Quero lembrar aqui alguns pontos que devem ser evitados. O primeiro deles é agir desorganizadamente, sem plano, sem programas e sem metas. É por falta de organização que, só em Pernambuco, pelo menos oito grandes obras estão inacabadas. Todas elas, obras de grande porte e que consumiram milhões de dólares em recursos. Esse desperdício inclui o projeto de irrigação de Orobó, de responsabilidade da Codevasf, que deveria ser um modelo para toda a região e é hoje usada somente para abrigar uma criação de bodes, que pastam entre as tubulações enferrujadas, ali deixadas sem nenhum remorso. Somente ali, estão enterrados cerca de 30 milhões de dólares, perdidos por falta de uma ação mais inteligente e melhor coordenada.

Precisamos evitar o rosário de obras inacabadas, como as que o DNOCS semeou pelo Nordeste inteiro; uma ladainha triste, de dinheiro do povo jogado fora, que qualquer um pode constatar, percorrendo o meu Estado, no sertão de Arapirina, Ouricuri, Orobó, Saigueiro, Petrolina, Parnamirim, Afrânio, Santa Maria da Boa Vista e tantos outros lugares.

É preciso não deixar que as barragens concluídas virem um mero depósito de água, um grande lago cercado de coisa nenhuma, de nenhuma plantação, sem qualquer aplicação na irrigação das terras vizinhas.

Se evitarmos esses erros, estaremos com a metade do problema resolvido, impedindo que se faça do Nordeste a desculpa para o fracasso de tantas políticas malsucedidas que não conseguiram tirar a região da posição incômoda que se encontra hoje.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para que possamos abrir o Nordeste ao Brasil e ao mundo é preciso enfrentar com coragem e competência o desafio da irrigação. Para o Nordeste, fazer agricultura irrigada, não é luxo, é necessidade. Irrigação na região da seca não é instrumento de moderni-

zação, é instrumento de salvação, é recurso básico. Se queremos desenvolver o Nordeste, implantar na região uma cultura viável, é preciso irrigar.

Um exemplo de que somos capazes de fazer uma agricultura no semi-árido, com o uso das técnicas de irrigação, pode ser visto em Pernambuco, onde às margens do São Francisco, plantamos uvas que são exportadas para o Mercado Comum Europeu e produzimos vinhos de excelente qualidade.

Precisamos atacar o problema da seca com mais coragem e precisamos ser mais inteligente na escolha dos caminhos para implantarmos um verdadeiro programa de irrigação no Nordeste.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Ney Maranhão, permite V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Ney Maranhão, ouvi com muita atenção o pronunciamento de V. Exª e o do Senador Marco Maciel. Sabemos que tanto o Nordeste, como o Norte, não representam problemas, porque há soluções para estas regiões. O que o Nordeste e o Norte necessitam é de ajuda para o seu desenvolvimento. Não é possível que as regiões do Norte e Nordeste sirvam só para produzir mão-de-obra a baixo custo para exportar para os centros industriais do País. O que é preciso é a priorização do desenvolvimento dessas regiões e que os recursos alocados tenham uma política determinada, visando o desenvolvimento, como o da agricultura com a irrigação, a implantação da agroindústria, consequentemente com a industrialização. Tenho a felicidade de ter nascido no Nordeste e ser representante do Norte, portanto, conheço a problemática da seca do Nordeste, visto que já escutava meu avô e bisavô dizerem que, em 1888, houve a maior seca do Nordeste, e esse problema continua até hoje. O que presenciamos agora é uma crise nacional, com maior intensidade no Nordeste e Norte do País, e que precisa ter uma solução. Quero me reportar, também, à referência de V. Exª às obras inacabadas. O Brasil precisa se conscientizar de que essas obras inacabadas dão um prejuízo imensurável. É o dinheiro do povo que está sendo jogado ao léu, sem um retorno para a sociedade, para a Nação. Cito o exemplo, no Estado de Rondônia, da Usina Samuel, que projetada para funcionar com cinco turbinas, já com 12 anos de existência de funcionamento ela gera energia utilizando apenas duas turbinas. Nós não temos a chamada linha de transmissão para concluir a usina. Essa obra se arrasta por 12 anos, exaurem-se os recursos e encarece o custo, prejudicando o bolso do trabalhador brasileiro e o do contribuinte, pois já poderia estar gerando riquezas para a nossa região. Eram estas palavras que queria pronunciar, prestigiando o discurso que V. Exª faz, hoje, no Senado.

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador Ronaldo Aragão, agradeço o aparte de V. Exª, homem experiente, que nasceu, coincidentemente, em Pernambuco, Estado que represento neste Senado.

Tive a oportunidade, nobre Senador Ronaldo Aragão, de fazer campanha no Estado de Roraima e verifiquei o potencial imensurável que temos na Amazônia. Veja V. Exª que como a Usina Samuel, a estrada que liga ao Pacífico; a sabotagem foi feita! Já tínhamos o empréstimo do Japão e os Estados Unidos o brecaram. Por que, Senador? Porque sabiam que aquela estrada seria um calcanhar de Aquiles para sua econo-

mia, pois temos condições de produzir mais barato e estamos perto dos grandes países consumidores.

No Brasil, Senador Ronaldo Aragão, se fizemos um levantamento das obras que estão paradas, acredito que o valor apurado seja maior do que o da dívida externa. Quem não se lembra da Transamazônica? A estrada seria a redenção daquela região. E a Usina Hidrelétrica de Samuel? Quem não se lembra da ferrovia do aço? Se fizemos um levantamento de tudo o que está parado, o povo brasileiro vai ficar assombrado!

Toda vez que chego aqui, neste Senado, sempre falo em José Américo de Almeida. Por quê? Porque precisamos ter uma diretriz. Do que o Nordeste precisa? De água. Israel, hoje uma potência respeitada em todo o mundo, não possuía água; investiu nela e foi a água que salvou aquele país. A Guerra dos Seis Dias teve como motivo a água do rio Jordão. Um hectare irrigado de terra, em Israel, custa 76 mil dólares; na Califórnia, quarenta e tantos mil dólares e no Nordeste custa de 9 a 10.

Mas essas coisas precisam ter um programa, e nós somos culpados pela falta desse programa: o Congresso, as classes dirigentes e a classe política. Além disso, não poderíamos transferir ou iniciar outro programa sem que o primeiro tivesse sido terminado. É isso que temos que fazer.

De acordo com essa linha de pensamento, apresentei uma emenda ao projeto que irá regulamentar o IPMF. Minha emenda prevê que 30% da verba arrecadada com esse imposto seja destinada para a irrigação no Nordeste. Assim, os sertanejos não irão para o Sul.

Sr. Presidente, as obras da Usina Samuel tinham que terminar em 5 anos, já se passaram 12 e a obra não foi ainda concluída. O prejuízo dessa obra até agora foi enorme não só para Rondônia, mas também teve reflexos em outras regiões.

Senador Ronaldo Aragão, veja o exemplo de Brasília. Se o Presidente Juscelino Kubitschek — eu, Deputado Federal, naquela época, vim algumas vezes a Brasília no início de sua construção — não tivesse deixado esta cidade no ponto em que não pudesse mais haver retrocesso, tenho certeza, Jânio Quadros não concluiria as obras da cidade. Isso aqui se tornaria um elefante branco. Mas o Presidente Juscelino deixou Brasília num ponto tal que o Presidente Jânio Quadros veio morar aqui.

Hoje podemos ver o resultado da construção de Brasília: a interiorização do País.

Saúdo, portanto, V. Ex^a por seu oportuno aparte. V. Ex^a é um Senador que tem os pés no chão e é um grande conhecedor dos problemas da sua sofrida região. Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, um dos caminhos inteligentes que estão à nossa disposição é aquele que nos leva às técnicas e aos equipamentos que já fizeram sucesso em outros países. São esses países os parceiros ideais para o Brasil, para o Nordeste brasileiro, pois já encontraram tecnologia adequada para circunstâncias e problemas semelhantes aos nossos, além de serem países tão grandes como o nosso e com desafios muito parecidos com os que enfrentamos.

Nas minhas visitas aos países asiáticos, conheci a tecnologia de que dispõe a China, tanto no Continente quanto na Ilha Formosa e estou profundamente convencido de que a parceria chinesa é a que precisamos para resolver definitivamente o problema da falta d'água no Nordeste. Falta d'água,

aliás, contestada por alguns estudos realizados pela Sudene, que afirmam existir, no subsolo do sertão nordestino, o equivalente a setenta Baías da Guanabara em quantidade de água doce disponível.

No Nordeste, existe água em abundância, Srs. Senadores! O que nos falta é a capacidade de extrai-la do chão e levá-la às áreas de cultivo, de forma racional, barata e eficaz.

É por isso que insisto em reafirmar a importância da aproximação entre o Brasil e os chamados "tigres asiáticos", dispostos a trazerem recursos e tecnologia de irrigação para o Nordeste — uma área onde nossa capacidade de resposta tem sido tão pequena. Aqueles países estão dispostos, inclusive, a comprar o que for produzido por nós naquela área, abrindo uma perspectiva de exportação bem mais tentadora para nós, do Nordeste, do que as promessas nascidas no Mercosul.

Para que o Nordeste se abra para o mundo e passe a ser, finalmente, um fator mais forte na solução dos problemas brasileiros, precisamos de tecnologia, de capital, de bons parceiros internacionais e de capacidade de decidir.

Os nordestinos esperam que os homens públicos brasileiros tenham a coragem de tomar a decisão de irrigar o Nordeste para a salvação do Brasil.

Portanto, nunca é demais repetir que conto com o apoio desta Casa para aprovarmos uma emenda de lei complementar sobre o IPMF, que destinará 30% daqueles recursos à irrigação nordestina.

Termino, Sr. Presidente, congratulando-me com o Ministro Alexandre Costa e com o Presidente do DNOCS, Luiz Gonzaga Nogueira Marques, que iniciaram uma grande obra para a recuperação do Nordeste. Trata-se da Adutora do Oeste, que conta com recursos da ordem de 3,5 trilhões de cruzeiros. E para o Orçamento de 1992/93, temos 1 trilhão e 700 bilhões de cruzeiros que espero não sofra um corte substancial.

O primeiro ramal do projeto da Adutora do Oeste, Sr. Presidente, tem 155 quilômetros e vai abastecer 149 localidades em Pernambuco, desde Orocó, na margem do São Francisco, ao Município de Araripina. Essa obra também vai gerar 2 mil empregos diretos.

Quero congratular-me com o Ministro Alexandre Costa que muito tem trabalhado em silêncio. O Ministro Alexandre Costa é um homem que tem uma experiência muito grande na área administrativa e, juntamente com o Presidente do DNOCS, o Dr. Luiz Marques, está realizando um magnífico trabalho.

Espero que obras como essa não parem no meio do caminho a exemplo da Usina Samuel e de outras obras inacabadas existentes neste País. Vamos apoiar o Ministro Alexandre Costa e o Presidente do DNOCS para que essa obra continue — a Adutora do Oeste — que, segundo José Américo de Almeida, será a redenção do Nordeste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Prosseguindo na lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, procurarei ser breve.

Queria registrar, nesta Casa, que há mais ou menos quinze dias, o Ministro dos Transportes, Alberto Goldman, esteve no Estado de Rondônia para assinar o início da reconstrução da BR-364, para a qual, em outra oportunidade, já havíamos

chamado a atenção do Ministério a respeito da deterioração daquela rodovia, que é a espinha dorsal da Amazônia Ocidental. E, naquela ocasião, o Ministro autorizou o reinício da conclusão da BR-425, através do DNER. É uma rodovia federal que está incluída naquele acordo feito entre o Brasil e a Bolívia, no chamado Contrato de Petrópolis. E essa incumbência do reinício, que era um contrato com o Quinto Batalhão de Engenharia, foi dividida, entregando, também, uma parte à Prefeitura de Guajará-Mirim.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o início do programa de recuperação dos 10 mil Km das rodovias brasileiras, anunciado pelo Governo Itamar Franco, já começou em várias estradas, inclusive na BR-364, do meu Estado de Rondônia, em seu trecho mais danificado, o que estava impossibilitando até o tráfego.

Eram essas as minhas considerações, hoje, a respeito do início dos trabalhos realizados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, anunciado pelo Governo Itamar Franco, através do Ministério dos Transportes. Esse plano tem por finalidade resgatar as rodovias brasileiras, trazendo o desenvolvimento e a interligação entre as regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A rodovia BR-364, antiga BR-029, foi uma das rodovias do plano de metas do então Presidente Juscelino Kubitschek, que, na sua visão de estadista, queria a integração do País. Naquela época, os seus adversários o criticaram, dizendo que era uma estrada que ligava nada a coisa alguma. E aí está a integração do Brasil, daquelas regiões de mais difícil acesso, dando oportunidade a todos os brasileiros e ao desenvolvimento nacional, haja vista a construção de Brasília, da rodovia Belém-Brasília e de tantas outras pelo País, fazendo do Brasil, hoje — segundo o FMI —, a nona economia do mundo.

Rogamos a Deus que os homens públicos desta Nação tenham a mesma visão que teve o grande estadista, Juscelino Kubitschek, nos idos de 1955, ao projetar a construção de hidrelétricas, fábricas de automóveis e estradas.

Sr. Presidente, era o registro que eu gostaria de fazer, sobre o início da reconstrução da BR-364, no Estado de Rondônia, e da BR-425, anunciada através do Ministro dos Transportes, Alberto Goldman, e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há cerca de 13 anos, no Acre, a hanseníase era uma endemia. Em cada grupo de mil habitantes, 12 tinham a doença, além dos contaminados, provenientes de Estados vizinhos. Uma doença grave, muito séria, mutilante e discriminatória sob todos os aspectos e cujo tratamento era bem mais difícil tendo em vista estar o meu Estado distante dos centros mais desenvolvidos do País, o que impossibilitava aos hansenianos a busca de tratamento mais adequado.

Atualmente, porém, a situação mudou muito. Para melhor! Em 1980, por exemplo, havia cinco mil hansenianos registrados no Estado. No final de 92, essa estatística baixou para apenas 1.300 casos.

Hoje, o Acre é o único Estado da Federação onde oficialmente o índice dessa doença vem caindo. O número de doentes caiu de 12 em cada mil, para apenas três.

Esse resultado, é necessário frisar, deve-se principalmente ao trabalho sério e incansável da equipe do Departamento de Dermatologia Sanitária do Acre.

E aqui faço questão de citar os doutores William John Woods e Léia Borges; as enfermeiras Socorro Brasileira, Ruth Rodrigues e Ursula Milla. Entre todos os que lutam contra este mal, e que provam, com a vida, que a hanseníase tem cura e não é contagiosa, se em tratamento.

Vale ressaltar que o trabalho mais acirrado de combate à hanseníase no Acre começou em 1979, com a chegada ao Estado do médico irlandês William John Woods. Ele organizou arquivos, formou e colocou equipes permanentes de atendimento nas sedes dos municípios do interior.

Na época, quando a hanseníase aterrorizava os acreanos, ele inovou as formas de tratamento, substituindo a monoterapia sulfônica pela aplicação da multidroga terapia, conseguindo excelentes resultados.

E mais que isso: quando na região praticamente nunca se havia ouvido falar que hanseníase tinha cura, passou a dar alta por cura às pessoas que haviam sido tratadas e não ofereciam mais risco de contágio.

Hoje, a equipe do Departamento de Dermatologia Sanitária do Acre, que antes contava com apenas 12 pessoas, é composta por 140 funcionários. Todos comprometidos com o trabalho de combate à hanseníase na região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por mais que se fale a respeito do trabalho destas pessoas, é difícil se ter idéia real do que representa e do quanto é difícil executá-lo. Não é um serviço feito basicamente em hospitais ou postos de saúde, como se pode imaginar. Pelo contrário, boa parte é feito dentro da selva, em locais extremamente distantes e de difícil acesso (onde só quem vai o faz por muita necessidade ou por amor), como acredito que ocorre com o pessoal da Dermatologia Sanitária.

Muitas destas pessoas percorrem constantemente a floresta, onde normalmente permanecem entre 20 a 30 dias, viajando em barcos, sobre animais ou mesmo a pé, enfrentando chuvas, enchentes, mosquitos, cobras, enfim, todas as adversidades que a selva impõe, para verificar onde há e tratar hansenianos.

E é desta forma que esta equipe vem conseguindo reduzir o índice de hanseníase na região. Nesta luta, porém, recebeu um apoio decisivo: o convênio firmado, em 1988, entre os governos brasileiro e italiano — através da Associação Italiana Amigos de Raul Folleraw.

Através deste convênio, de 1988 a 1992, foi injetado um milhão de dólares no controle da hanseníase na região, além do suporte técnico na formação e capacitação de pessoal local. Foram adquiridos, ainda, vários bens tais como: barcos, veículos próprios para a região, além de duas oficinas ortopédicas que atendem gratuitamente aos pacientes seqüelados de toda a Amazônia legal e que possibilitou a realização de aproximadamente mil cirurgias de reabilitação com o fornecimento de aparelhos ortopédicos para os hansenianos.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as atividades da equipe de Dermatologia Sanitária só não parou graças a doações filantrópicas, feitas pela própria Associação Italiana Amigos de Raul Folleraw, apesar do convênio entre o Brasil e a Itália ter-se expirado em agosto de 1992. E isto, graças à credibilidade que a equipe acreana conseguiu junto à entidade pela seriedade com que vem trabalhando.

Mas os recursos estão bastante reduzidos e a entidade não deverá arcar com a situação por muito tempo. E o serviço

corre o risco de parar completamente. Se isto ocorrer, a hanseníase voltará com toda a sua força na região, já que a cadeia de transmissão do mal rão está totalmente cortada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é proposta do Governo Federal erradicar a hanseníase no País até o ano dois mil. No Acre, segundo especialistas da área, isto só será possível com a recondução do convênio com a Itália, pelo menos por mais três anos, já que o Estado dificilmente terá condições de arcar com os custos deste serviço.

Para se ter idéia destes custos, em virtude das dificuldades de acesso a vários municípios do interior do Acre, muitas vezes o transporte de doentes é feito de avião, com fretes pagos ao preço do dia, até porque o doente não pode esperar até que perca uma de suas mãos, ou pés, enfim, que seja mutilado para receber o tratamento adequado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para manter um trabalho deste nível, o Governo Estadual precisaria gastar, no mínimo, 250 mil dólares por ano. E pelas dificuldades financeiras que o Estado costuma atravessar, isto parece impossível.

Diante disso, a equipe do Departamento de Dermatologia Sanitária do Acre luta pela continuação do convênio com a Itália. O trabalho sério realizado e comprovado pelos resultados altamente positivos, já representa alguma chance. Cabe, então, ao Governo brasileiro, fazer a sua parte.

Conforme o Departamento de Dermatologia Sanitária, os italianos estão dispostos a reconduzir o convênio por mais três anos, porém, com previsão de queda de, no mínimo, 40% do seu valor inicial, e com a exigência de que esta porcentagem seja assumida pelo Governo brasileiro — a quem cabe realmente o papel de erradicar a hanseníase não só na região como em todo o País.

Além disso, o objetivo do convênio não é ficar mantendo este trabalho permanentemente. E sim, formar e capacitar equipes locais, de forma a permitir que o País possa andar sozinho no combate a este mal.

Por outro lado, mesmo que a continuação deste convênio não seja possível, cabe ao Governo Federal destinar recursos específicos e suficientes para a manutenção deste trabalho.

Não se pode deixar parar um serviço como este. E muito menos abandonar o Acre e os hansenianos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a Agricultura brasileira espera obter em 1993 uma safra muito maior do que a excelente colheita de 1992. Cálculos de técnicos do Ministério da Agricultura estimam, com possibilidade mínima na margem de erro, que contaremos, este ano, com 71 milhões de toneladas de grãos, quantidade apreciável mas um pouco menor do recorde de 71 milhões e 400 mil toneladas estabelecido em 1989.

A grande novidade que cerca esta safra deve muito a um grupo de abnegados pesquisadores da empresa brasileira de pesquisa agropecuária, a Embrapa, pois os agricultores estão colhendo mais soja, mais arroz, mais feijão, mais milho numa área plantada menor do que a do ano passado, isso indica, sem sombra de dúvida, e daí o mérito do trabalho desenvolvido pelos técnicos da Embrapa, que melhorou a produtividade no campo. Planta-se menos, investe-se muito menos e colhe-se bastante mais.

É fato conhecido que a abundância das colheitas provoca, de imediato, uma baixa de preços, às vezes muito sensíveis, para o consumidor final, pois havendo mais oferta de alimentos a concorrência obriga a se partir para uma benéfica realidade de preços.

A Embrapa, uma das mais importantes empresas de pesquisas agropecuárias do mundo, completou, durante o mês de abril último, 20 anos de atividades, sua reputação, altíssima em vários e importantes centros técnicos fora de nosso País. É plenamente justificada. Desde sua fundação, mesmo lutando contra a falta de verbas, ela conseguiu gerar mais de 8 mil tecnologias, elevando o nível de produtividade nos campos brasileiros a uma posição que tende a ser cada vez melhor. Seu corpo técnico, composto por pessoal do mais alto gabarito profissional, conta, no momento, com 2.100 pesquisadores, dos quais 1.123 tem Mestrado e 656 deles Doutorado.

Ela mantém intercâmbio vivo e dinâmico com 103 outros países e possui 3.700 projetos de pesquisas em andamento.

A Empresa, que se preocupa com o Brasil como um todo, mantém 41 unidades de pesquisas distribuídas nas mais diferentes condições ecológicas e através de seu trabalho altamente profícuo ela está presente em todos os Estados brasileiros. Graças aos estudos que são feitos diuturnamente ela conseguiu elevar a produtividade no setor agropecuário, reduziu muito os custos de produção, fazendo com que o País aumentasse extraordinariamente a oferta de alimentos. Hoje, felizmente, já não dependemos de ajuda externa de tecnologia e produtos agropecuários. De importador de técnicas e material, passamos a integrar o nem sempre aberto clube de exportadores de tecnologias.

O grande sucesso dos estudos desenvolvidos pela Embrapa reside no fato de que a redução de áreas plantadas está garantindo, com menos dinheiro investido, mais rendimento e produção muito maior.

Para que se tenha uma idéia mais ampla da importância da contribuição da tecnologia à redução dos preços, basta se voltar aos anos 30, quando uma tonelada de grãos de trigo, custava no mercado internacional a preços de hoje, 400 dólares. Agora, 60 anos depois, graças a técnicas mais modernas que nos levaram ao grande aumento de produtividade, a mesma quantidade de trigo, uma tonelada, está custando cerca de 110 dólares.

Entre as muitas tecnologias lançadas pela Embrapa, revolucionando várias culturas e gerando resultados de grande impacto, destaca-se, tanto pela importância econômica como científica, o desenvolvimento de bactérias fixadoras de nitrogênio do ar em leguminosas, permitindo ao País uma economia de cerca de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, ao eliminar a necessidade de adubação integral.

Os efeitos multiplicadores dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pela Embrapa são, igualmente, evidentes e animadores. Com as culturas da cenoura, ervilha, batata, alho, cana, pêssego e citros, entre outros de 1986 a 1991, aumentamos muito a nossa produção de hortaliças que passou de 8,3 para mais de 12 milhões de toneladas, avaliadas em cerca de 3 bilhões de dólares. O crescimento da produção e da produtividade melhorou muito o abastecimento interno e ampliou em mais de 100% os excedentes exportáveis, assinando-se uma queda de 50% nas importações no mesmo período. A redução da importação de batata-semente e ervilhas, por exemplo, possibilitou a economia, nos últimos dez anos, de cerca de 60 milhões de dólares.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Embrapa é o seu orçamento. Embora em 1993 ele tenha apresentado um crescimento de 16% em relação ao exercício passado, tem se registrado, o que lamento muito, uma queda acentuada desde 1982 nos investimentos do Governo Federal para custeio de pesquisas, criando-se, em consequência, uma série de grandes dificuldades para a Embrapa, mas, ainda assim, ela consegue manter uma média de cerca de 4 mil projetos de pesquisa em andamento por ano.

A Embrapa, adotando política mais moderna de participação no mercado, está consolidando alianças altamente interessantes para o País, com entidades de iniciativa privada para agilizar o processo de transferência dos resultados de suas pesquisas.

A Embrapa no meu Estado, o Amapá, presta muito bons serviços desde 1982, hoje através do centro de pesquisas agroflorestal que tem como objetivo principal, gerar, adaptar e transferir conhecimentos e tecnologias referentes aos sistemas de produção agroflorestal, visando promover o desenvolvimento sustentável das diferentes regiões do estado, mantendo ou melhorando a qualidade do meio ambiente e dando, com isso, uma notável contribuição para a elevação do padrão de vida da população local. As tecnologias geradas ou adaptadas pelo CPAF-AMAPÁ são colocadas imediatamente à disposição do usuário através de diferentes meios de difusão.

Faz parte do plano de administração da Embrapa a imediata execução de um processo de reestruturação de suas atividades. Seu grande objetivo "é uma Embrapa moderna, dinâmica e eficiente, que continue assegurando o papel de destaque nos próximos anos", segundo o seu Presidente Murilo Xavier Flores.

Ao concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero deixar registrado nos Anais desta Casa o meu aplauso ao que vem sendo feito, apesar das dificuldades de ordem econômica, por um punhado de dedicados pesquisadores da Embrapa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1993

Incluído em Ordem do Dia nos Termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1993 (nº 186/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jovem Pira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Piracaia, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Educação.

— 2 —

OFÍCIO Nº S/ 51, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno)

Ofício nº S/ 51, de 1993, através do qual a Prefeitura do Município de Joinville — SC solicita autorização para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, no valor de onze bilhões, seiscentos e sessenta milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e trinta e oito cruzeiros e sessenta centavos, para os fins que especifica. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas 50 minutos.)

APOSTILA

Fica alterada para 33/35 (trinta e três trinta e cinco avos) a proporcionalidade do tempo de serviço constante deste Ato, em virtude do servidor haver atingido mais um ano entre a autuação do requerimento e a publicação de sua aposentadoria.

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 188, de 1991, que aposentou Cid Sebastião da França Brugger, Assessor Legislativo, da parte especial do Quadro Permanente do Senado Federal.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o artigo 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, e excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 266, de 1991, que aposentou Espedito Bina, Analista Legislativo, Área de Segurança, Classe 1ª, Padrão III.

APOSTILA

Fica alterada para 27/30 (vinte e sete e trinta avos) a proporcionalidade do tempo de serviço constante deste Ato, em virtude da servidora haver atingido mais um ano entre a autuação do requerimento e a publicação de sua aposentadoria.

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 379, de 1991, que aposentou Vanda Suaiden, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe Especial, Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o artigo 67, da Lei nº 8.112, de 1990, e excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 480, de 1991, que aposentou João Elias de Araújo, Analista Legislativo, Área de Segurança, Classe 1ª, Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o art. 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, a Resolução SF nº 77/92 e exclui o art. 250 da Lei nº 8.112, de 1990 e os artigos 490 e 492 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 481, de 1991, que aposentou Albino Gonçalves Patrão, Técnico Legislativo, Área de Artesanato, Classe Especial, Padrão II.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 21, de 1980, e excluir os artigos 490 e 492 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como alterar a proporcionalidade de tempo de serviço para 32/35 (trinta e dois, trinta e cinco avos), em virtude do servidor haver atingido mais (1) um ano entre a autuação do requerimento e a publicação da sua aposentadoria.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 512, de 1991, que aposentou Sergio de Oliveira Marcelino, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe 1ª, Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711, de 1952, combinado com o art. 250, da Lei nº 8.112, de 1990, e excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 530, de 1991, que aposentou Helena Maria Viveiros de Sousa Carvalho, Assessor Legislativo, do quadro permanente do Senado Federal.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 568, de 1991, que aposentou Carlos Alberto de Sousa Lopes, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe Especial, Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o artigo 193, da Lei nº 8.112, de 1990, e Resolução SF nº 77/92 e excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal e artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 620, de 1991, que aposentou Eunice Ignacio dos Santos, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir o art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 36, de 1992, que aposentou Marcílio José da Silva, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe 1ª, Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o Padrão IV, da Classe 1ª, do cargo de Analista Legislativo, constante deste Ato para Padrão V, da classe 1ª, do cargo de Analista Legislativo.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 340, de 1992, que aposentou Maria Helena de Sousa Mendes Duarte, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe 1ª, Padrão IV.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato de concessão de Aposentadoria, para incluir a Resolução nº 77/92.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 292, de 1993, que aposentou Antonio Amâncio Filho, Técnico Legislativo, Área de Artesanato, Classe Especial, Padrão V.

ATO DO PRESIDENTE Nº 334, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973.

Resolve retificar o Ato do Presidente nº 332, de 1993, tornando sem efeito a nomeação de Robison Gonçalves de Castro, para o cargo de provimento efetivo de Assessor Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

MESA

Presidente

Humberto Lucena - PMDB - PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues - PSDB - PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias - PTB - MS

1º Secretário

Júlio Campos - PFL - MT

2º Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

3º Secretário

Júnia Marise - PRN - MG

4º Secretário

Nelson Wedekin - PDT - SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia - PDT - RN

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

Carlos Patrocínio - PFL - TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP

Líder

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30
Ney Suassuna	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago	
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/3063
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
PSB+PT			

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Onofre Quinan	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Gribaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3039/30	Vago	
José Sarney	MA-3429/31	Vago	
PFL			
Lourival Batista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Álvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3245/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto de O.	- 4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos D'Carli	AM-3080/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Vago	
PSB + PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Luiz Cláudio de Brito			
Ramais 3515/16			
Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.			
Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652			

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65	Juvêncio Dias	PA-3050/
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	AL-3245/47	Odacir Soares	RO-3218/19
Vago		Bello Parga	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Marco Maciel	PE-3197/98
Henrique Almeida	AP-3191/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

	PSDB		
Beni Veras	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

	PTB		
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

	PDT		
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Áureo Mello	AM-3091/92

	PDC		
Moisés Abrão	GO-3136/37	Gerson Camata	ES-3203/04

	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

	PP		
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354.

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	ES-3154/56
Divaldo Suruagy	RS-3185/86	Mansueto de Lavor	RS-3076/78
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AC-3227/29
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RO-3064/65

	PFL		
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Marco Maciel	PE-3197/98	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3301/02
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Hydekél Freitas	RJ-3082/83

	PSDB		
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

	PTB		
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

	PDT		
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

	PDC		
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74

	PDS		
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3111/12
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Alufio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Ney Suassuna	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3929/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

	PFL		
Dario Pereira	RN-3098/	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

	PSDB		
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64

	PTB		
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

	PDT		
Lavoisier Maia	RN-3229/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

	PRN		
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

	PDC		
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

	PDS		
Vago		Lucídio Portella	PI-3055/56

	PP		
João França	RR-3067/68	Irapuan Costa Jr.	GO-3089/90

Secretário: Celson Parente - Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14:30 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Ney Suassuna	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Márcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Bello Parga	MA-3069/72	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Vago		Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
---------------	------------	------------	------------

Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Louremberg N. Rocha	MT-3035/36	Luiz A. de Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Valmir Campelo	DF-3188/89	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais 3496/3497/3321

Reuniões: Terças-feiras, às 17 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 1.000,00

A venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de in-
tegração da América Latina - *André Franco*
Montoro

Os actos legislativos no Direito Constitucional
Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constitui-
ção - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder
constituente - *Leomar Barros Amorim de Sousa*
.....

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões so-
bre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista*
Afonso

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Con-
stitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desa-
propriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda elei-
toral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas
Constituições do Brasil e de Minas Gerais -
Anamaria Vaz de Assis Medina

Fundações privadas instituídas pelo Poder Pú-
blico - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe*
Monteiro Soares

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pá-
dua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho -
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
.....

Da constitucionalidade do bloqueio de valores -
Adriano Perácio de Paula

O Programa Brasileiro de Privatização de Em-
presas Estatais - *Marcos Juruena Villela Souto* ..

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao
capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo perifé-
rico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José*
Arthur Rios

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbo-
sa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...

Emenda à lei inglesa de segurança do consumi-
dor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições
Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos
Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do
Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.